



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1929 a 1968



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

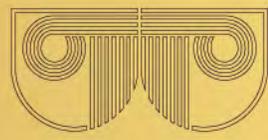


Agradecimientos
Agradecimientos



Agradecimentos

Agradeço a todos os funcionários desta Casa pela cooperação para a realização desta obra.



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 6 – VOLUME 6	
<i>Um palácio para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1929-1968)</i>	13
<i>Listagem de desembargadores por ordem alfabética</i>	16
<i>Adalberto Belisário Ramos</i>	22
<i>Adão Bernardes</i>	24
<i>Alcibíades Valério Silveira de Souza</i>	27
<i>Alfredo von Trompowsky</i>	29
<i>Arno Pedro Hoeschl</i>	32
<i>Ary Pereira Oliveira</i>	34
<i>Edgard de Lima Pedreira</i>	40
<i>Euclides de Cerqueira Cintra</i>	44
<i>Eugênio Trompowsky Taulois Filho</i>	47
<i>Flávio Tavares da Cunha Mello</i>	50
<i>Henrique da Silva Fontes</i>	55
<i>Hercílio João da Silva Medeiros</i>	57
<i>João de Borba</i>	61
<i>João de Luna Freire</i>	64
<i>Joaquim Luiz Guedes Pinto</i>	66
<i>José do Patrocínio Gallotti</i>	70
<i>José Rocha Ferreira Bastos</i>	73
<i>Lucas Bhering</i>	76
<i>Manoel Barbosa de Lacerda</i>	79
<i>Marcílio João da Silva Medeiros</i>	81
<i>Marinho Parisio de Sousa Lobo</i>	83
<i>Mário Teixeira Carrilho</i>	86

<i>Maurillo da Costa Coimbra</i>	88
<i>Mileto Tavares da Cunha Barreto</i>	91
<i>Nelson Nunes de Souza Guimarães</i>	93
<i>Norberto de Miranda Ramos</i>	95
<i>Oscar Leitão</i>	97
<i>Osmundo Wanderley da Nóbrega</i>	99
<i>Rubem Moritz da Costa</i>	101
<i>Severino Nicomedes Alves Pedrosa</i>	103
<i>Vitor Lima</i>	105
ANEXOS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129



Introdução



Introdução

O sexto capítulo apresenta a nominata e a biografia dos desembargadores que foram nomeados e passaram a atuar nas dependências do novo Palácio da Justiça, localizado na praça Pereira Oliveira (1929-1968). Prevê-se o lançamento conjunto deste e do quinto capítulo em 9 de abril do corrente ano, quando se festeja o Dia da Biblioteca.

Já foram apresentados o volume 1, quando do lançamento do presente projeto-piloto por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Sodalício (1º de outubro), em sessão do Órgão Especial (5 de outubro de 2022); o volume 2, por ocasião da comemoração do Dia do Arquivista (20 de outubro); o volume 3, por ocasião da comemoração do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional – 29 de outubro); e o volume 4, por ocasião da comemoração do Dia da Justiça (8 de dezembro), todos em 2022.

As biografias aqui compiladas são fruto de pesquisas permanentes e em constante complementação. Como se considera tarefa delicada escrever sobre autoridades, pessoas que são exemplos de coragem, esmero, dedicação, valores, inteligência e princípios, merecedoras de ter a memória perpetuada para além do título de desembargador(a) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a compilação se estrutura numa matriz biográfica que contém o nome do desembargador ou da desembargadora, acompanhado do local e da data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador(a), trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, outros e fonte. Os volumes ainda são guarnecidos de fotos das sedes do Poder Judiciário estadual e de alguns desembargadores dos períodos referidos.

Toda contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para ddi.museu@tjsc.jus.br.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do
Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina



Capítulo 6

Capítulo 6



Capítulo 6

Um palácio para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1929-1968)



(Acervo do Museu do Judiciário Catarinense)

No Centro de Florianópolis, na praça Pereira Oliveira, nos terrenos hoje em dia ocupados por duas edificações de concreto com esquadrias de alumínio (uma delas abriga o Banco Safra, e a outra, sem muitas janelas, abriga uma grande central telefônica), funcionaram a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A praça Pereira Oliveira, muito próxima da praça XV de Novembro, sede do governo estadual por mais de um século, homenageia Antônio Pereira da Silva Oliveira, que foi prefeito de Florianópolis por 6 vezes, vice-governador e governador do Estado, deputado estadual por 10 mandatos, deputado federal e senador. Foi Pereira Oliveira que, após a morte do governador Hercílio Luz, concluiu as obras da primeira ligação rodoviária entre a Ilha de Santa Catarina e o continente.

A praça Pereira Oliveira se tornou, na história do Poder Judiciário catarinense, um importante marco. Foi nesse endereço que o governo de Santa Catarina construiu o primeiro Palácio da Justiça catarinense.

No jornal República de 11 de setembro de 1929 se menciona que a inauguração do Palácio da Justiça seria mais um evento entre as comemorações do terceiro ano de administração do Estado pelo governador, Adolpho Konder, em cujo discurso reconhece que:

No desconforto de salas apertadas acotovelavam-se os desembargadores; na balbúrdia dos cartórios, despachavam os juizes e o tribunal popular reunia-se, por favor, nos salões da Prefeitura Municipal. Tudo disperso. Quase todos morando de empréstimo. Visto está que assim não podia continuar, para bem da própria justiça ou para maior facilidade dos que dela necessitam e a procuram. Nesse inverossímil estado de coisas, pouco significava a prudência de economias, reclamada pela angústia financeira do momento. Por isso, mesmo antes de ter atingido o saneamento das finanças comprometidas, resolvi autorizar a construção do Palácio da Justiça, ora inaugurado. Foi a primeira obra de vulto a ser iniciado no meu governo e a primeira a ser concluída. [...] Primeiro bacharel em direito a governar o Estado no regime republicano, impunha-me o dever de dar mostras do meu apreço aos colegas que se destinaram à árdua e nobilíssima missão de manter a paz entre os homens, concertando os conflitos ocorrentes. [...] E, por palavras e por atos, como esse que a construção do palácio, agora inaugurado, representa homenagem de apreço e de admiração, que satisfeito, presto a quantos, neste Estado, cultuam o direito e, com sabedoria e retidão, interpretam e aplicam a lei, defendendo e assegurando a ordem social estabelecida. Senhor Presidente. Tenho a honra de fazer-lhe entrega das chaves desta casa. (REPÚBLICA, 23 de outubro de 1929, n. 919, folha 1, Florianópolis).

O desembargador Tavares Sobrinho, então presidente do Tribunal de Justiça, também discursou:

Ao receber das mãos de V. Exa. as chaves deste Palácio, obra importante e magnífica, com que nos brinda e em que se manifesta mais uma vez o seu empenho em elevar e dignificar a Justiça, cumpro o dever gratíssimo de apresentar, em nome da magistratura catarinense, ao amigo magistrado, os nossos agradecimentos e as nossas homenagens. (REPÚBLICA, 23 de outubro de 1929, n. 919, folha 2, Florianópolis).

Em face da importância do fato para o Estado de Santa Catarina e para a história da Justiça, transcreve-se o relato que o jornal República de 23 de outubro de 1929 fez sobre a inauguração do Palácio da Justiça:

A primeira sessão realizada

O Sr. Presidente do Superior Tribunal desembargador Tavares Sobrinho abriu às 13 horas a sessão, presentes os senhores desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro, vice-presidente; Medeiros Filho, Erico Torres, Antero Assis, Gustavo Piza, Urbano Müller e procurador geral do Estado desembargador Américo Nunes.

A convite do Sr. presidente tomaram assentos no recinto os senhores Drs. Henrique Fontes, juiz federal substituto, representando a justiça federal e Alfredo von Trompowski, juiz de direito da 1ª Vara desta Capital.

O Sr. secretário João Caldeira de Andrada leu a ata da sessão anterior.

Em seguida, o Sr. presidente do Tribunal designou os Srs. desembargadores Antero Assis e Medeiros Filho para receber o Sr. presidente Adolpho Konder.

A chegada de S. Exa.

Às 13:20 horas, o Sr. presidente Adolpho Konder, acompanhado do chefe da sua casa militar capitão João Marinho; dos Srs. presidente da Assembleia Legislativa general Dr. Bulcão Vianna; secretários do Interior Cid Campos e da Fazenda Arthur Costa, chegava ao Palácio da Justiça, sendo à porta recebido pelos Srs. desembargador Antero Assis e Medeiros Filho e altas autoridades e conduzido à sala das sessões do Superior Tribunal, tocando a banda de música da Força Pública o Hino do Estado.

Os componentes do Tribunal e os presentes, de pé, aguardavam a sua chegada.

O Sr. presidente Konder e a sua comitiva tomaram assentos à mesa, ficando S. Exa. e o Sr. secretário do Interior à direita do Sr. desembargador Tavares Sobrinho, que tinha à sua esquerda os Srs. presidente da Assembleia Legislativa, secretário da Fazenda e capitão João Marinho.

O discurso do Sr. presidente Konder

O Sr. desembargador Tavares Sobrinho concedeu então a palavra ao Sr. presidente Adolpho Konder, que pronunciou uma notável oração que estampamos em lugar de destaque e que causou ao auditório a mais funda impressão pelo fulgor dos seus conceitos e pela justeza dos seus termos.

Uma vibrante salva de palmas aplaudiu as brilhantes palavras do chefe do Estado. (REPÚBLICA, 23 de outubro de 1929, n. 919, folha 2, Florianópolis).

Após, em nome dos advogados catarinenses, Wanderley Júnior também discursou. Na sala dos advogados foi inaugurado o retrato de Ruy Barbosa, a respeito do qual o advogado Pedro de Moura Ferro fez breve menção: o retrato de Ruy Barbosa foi feito pelo pintor e professor de pintura e desenho da Escola Normal Estanislau Trapple.

Contudo, na década de 1940 os discursos dos presidentes do Tribunal de Justiça se alteraram, e as reclamações referentes ao edifício ocupado pelo Tribunal voltaram a ganhar espaço em seus relatórios. O relatório do então presidente do Tribunal de Justiça, Urbano Müller Salles, referente ao ano de 1949, repisa as críticas feitas no relatório do ano anterior:

O edifício onde funciona o Tribunal de Justiça, cartórios da 1ª e 2ª varas, registro civil, e o Tribunal do Júri, já não comporta os serviços que ora se acham nele sediados. No Tribunal de Justiça, nada se acha convenientemente instalado, pela exiguidade de espaço. A Biblioteca já

não permite a colocação de novas estantes de livros, a Procuradoria-Geral do Estado precisa de ampliação, e a Corregedoria-Geral do Estado, está provisoriamente instalada na sala dos desembargadores. A sala das sessões do Tribunal necessita ser aumentada, de modo que haja lugar bastante para a assistência e se dê lugar reservado, como em outros tribunais, para os advogados.

Na parte ocupada pelos juízes de primeira instância, é chocante o seu confronto com as instalações que já possuem outras comarcas do Estado. Os cartórios, a sala dos juízes e promotores, a sala do júri, além de pequenas, têm ruim estado de conservação, estão precisando de consertos e de pintura, e de mobiliário condigno, de modo que se faça desaparecer a desagradável impressão que nos causam as péssimas instalações dos juizados da Capital, que funcionam no edifício do Tribunal. Estamos certos de que o Poder Executivo providenciará a respeito, com a solicitude que sempre tem tido para com este Poder. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1950, p. 3-4).

Nas décadas de 1950 e 1960, as críticas ao palácio se tornaram projeto para uma nova sede do Tribunal de Justiça. Em 1968, magistrados e servidores deixam as instalações do primeiro Palácio da Justiça e se instalam provisoriamente na antiga Agência Ford, bem próximo da ponte Hercílio Luz.

Nesta sede tomaram posse os seguintes desembargadores, em ordem alfabética:

Adalberto Belisário Ramos
Adão Bernardes
Alcibiades Valério Silveira de Souza
Alfredo von Trompowsky
Arno Pedro Hoeschl
Ary Pereira Oliveira
Belisário Ramos da Costa

Edgard de Lima Pedreira
 Euclides de Cerqueira Cintra
 Eugênio Trompowsky Taulois Filho
 Flávio Tavares da Cunha Mello
 Guilherme Luiz Abry
 Henrique da Silva Fontes
 Hercílio João da Silva Medeiros
 Ivo Guilhon Pereira de Mello
 João de Borba
 João de Luna Freire
 Joaquim Luiz Guedes Pinto
 José do Patrocínio Gallotti
 José Rocha Ferreira Bastos
 Lucas Bhering
 Manoel Barbosa de Lacerda
 Marcílio João da Silva Medeiros
 Marinho Parísio de Sousa Lobo
 Mário Teixeira Carrilho
 Maurillo da Costa Coimbra
 Mileto Tavares da Cunha Barreto
 Nelson Nunes de Souza Guimarães
 Norberto de Miranda Ramos
 Oscar Leitão
 Osmundo Wanderley da Nóbrega
 Rubem Moritz da Costa
 Severino Nicomedes Alves Pedrosa
 Vitor Lima

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
32	Alfredo von Trompowsky	28/8/1935	28/2/1947	Palácio da Praça Pereira Oliveira 1929
33	Marinho Parísio de Sousa Lobo	5/10/1935		
34	Henrique da Silva Fontes	21/1/1937	27/2/1946	
35	Guilherme Luiz Abry	25/2/1937	1956	

ORDEM	NOME DO DESEMBARGADOR	POSSE	DESLIGAMENTO	SEDE
36	Mileto Tavares da Cunha Barreto	12/4/1940	5/3/1941	Palácio da Praça Pereira Oliveira 1929
37	Joaquim Luiz Guedes Pinto	3/11/1940	5/4/1946	
38	Lucas Bhering	18/3/1941	2/12/1941	
39	Alcibíades Valério Silveira de Souza	4/12/1941	16/12/1947	
40	João de Luna Freire	22/5/1942	5/3/1949	
41	Edgard de Lima Pedreira	12/5/1943	3/4/1952	
42	José Rocha Ferreira Bastos	20/3/1946	18/12/1954	
43	Mário Teixeira Carrilho	27/4/1946	18/12/1946	
44	Flávio Tavares da Cunha Mello	28/12/194	30/8/1955	
45	Hercílio João da Silva Medeiros	29/1/1947	6/11/1961	
46	Osmundo Wanderley da Nóbrega	10/2/1947	27/4/1970	
47	Nelson Nunes de Souza Guimarães	22/3/1947	20/10/1953	
48	Adalberto Belisário Ramos	21/3/1949	11/4/1949	

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
49	Severino Nicomedes Alves Pedrosa	27/4/1949	24/9/1975	Palácio da Praça Pereira Oliveira 1929
50	Arno Pedro Hoeschl	12/3/1952	11/9/1966	
51	Oscar Leitão	7/5/1952	4/3/1953	
52	Maurillo da Costa Coimbra	18/3/1953	20/12/1961	
53	Ivo Guilhon Pereira de Mello	30/10/1953	24/1/1968	
54	Belisário Ramos da Costa	26/11/1955	3/10/1969	
55	José do Patrocínio Gallotti	9/5/1956	15/6/1985	
56	Adão Bernardes	26/3/1957	3/3/1970	
57	Vitor Lima	24/4/1957	17/7/1967	
58	Marcílio João da Silva Medeiros	11/12/1961	5/5/1985	
59	Manoel Barbosa de Lacerda	23/12/1961	27/2/1962	
60	Norberto de Miranda Ramos	11/1/1962	18/6/1974	

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
61	Eugênio Trompowsky Taulois Filho	21/3/1962	3/3/1982	Palácio da Praça Pereira Oliveira 1929
62	Ary Pereira Oliveira	14/12/1966	12/12/1979	
63	João de Borba	26/4/1967	10/7/1980	
64	Rubem Moritz da Costa	6/9/1967	27/7/1978	
65	Euclides de Cerqueira Cintra	3/4/1968	7/8/1980	

Na sequência se apresentam a biografia dos desembargadores e algumas fotos.

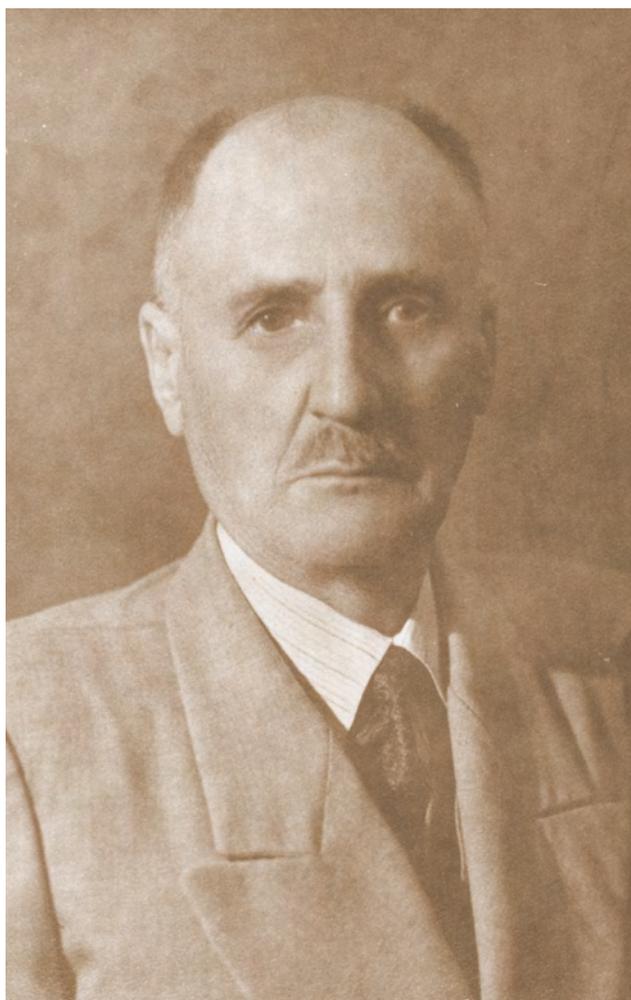


Desembargadores
Desembargadores



Desembargador

Adalberto Belisário Ramos





Adalberto Belisário Ramos

Local e data de nascimento: Lages (SC), 23/4/1878.

Filiação: coronel Belisário José de Oliveira Ramos e Theodora Ribeiro Ramos.

Formação: Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1908.

Experiência profissional: contribuiu na fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Posse no cargo de desembargador: 21/3/1949.

Trajectoria na magistratura catarinense: iniciou sua carreira na Comarca de Curitibanos, em 1910, sendo promovido à Comarca de Brusque em 1913. Em 1920 foi nomeado para a Comarca de São José, onde atuou até 1931, ano em que foi nomeado para juiz federal em Santa Catarina. Por resolução de 1938, foi designado para a Comarca de Ibirama. Em 1939 foi transferido para a Comarca de São Bento e em 1942 para a de Tubarão.

Aposentadoria/desligamento: 11/4/1949.

Falecimento: 18/1/1969, Tubarão (SC).

Outros: foi casado com Zélia de Abreu Nogueira Ramos. É pai de Belisário José Nogueira Ramos.

Fontes

A Federação, Porto Alegre, ed. n. 290, p. 2, 12-12-1908.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 2979, p. 6, 11-2-1978.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16080, p. 6, 16-2-1969.

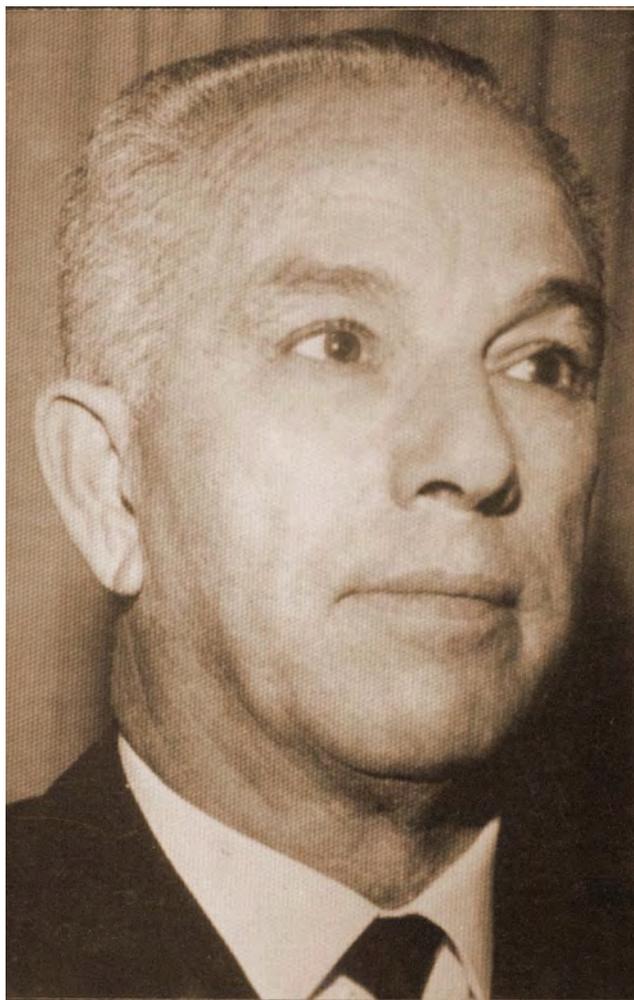
Geni. Adalberto Belisário Oliveira Ramos. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Adalberto-Belis%C3%A1rio-Oliveira-Ramos/6000000136473576821>. Acesso em: 11 out. 2022.

TJSC, fichas funcionais.



Desembargador

Adão Bernardes





Adão Bernardes

Local e data de nascimento: Camboriú (SC), 18/8/1902.

Filiação: José Francisco Bernardes Júnior e Maria Helena Garcia.

Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ).

Experiência profissional: advogou em Laguna (SC), em 1927.

Posse no cargo de desembargador: 26/3/1957.

Trajetória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 5.174, de 29/12/1926, foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de São Bento. Pela Resolução n. 5.351, de 13/4/1927, foi removido para a Comarca de Laguna. Pela Resolução n. 6.000, de 4/9/1928, foi removido para a Comarca da Capital, assumindo em 26/9/1928. Pela Resolução n. 6.102, de 10/1/1929, foi nomeado para primeiro suplente do juiz de direito da Comarca de Brusque. Assumiu o cargo de suplente em 16/1/1929. Pela Resolução n. 6.103, de 10/1/1929, foi exonerado do cargo de promotor público da Comarca da Capital, onde passou ao exercício em 14/1/1929. Pela Resolução n. 6.600, de 20/11/1929, foi exonerado, a pedido, do cargo de suplente. Logo foi nomeado, pela Resolução n. 6.601, de 20/11/1929, para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Chapecó, assumindo em 5/12/1929. Pela Resolução n. 6.688, de 25/1/1930, foi removido, a pedido, para a Comarca de Araranguá, onde assumiu o exercício em 6/2/1930. Foi removido pela Resolução n. 351, de 6/1/1931, para a Comarca de Rio do Sul, assumindo em 20/1/1931. Por decreto de 5/3/1952, foi promovido, por antiguidade, ao cargo de juiz de direito da 1ª Vara da Comarca de Florianópolis.

Aposentadoria/desligamento: 2/3/1970.

Falecimento: 28/10/1984.

Outros: foi casado com Lilly Dorigatti. O Fórum da Comarca de Balneário Camboriú (SC) leva o nome do desembargador em forma de homenagem.

Fontes: TJSC, fichas funcionais.





Genealogia Família Mafra. Disponível em: <https://www.mafra.com.br/genealogia/index.php>. Acesso em: 21 nov. 2022.

A Cidade, Laguna, ed. n. 546, p. 3, 10-7-1927.

A Notícia, Joinville, ed. n. 1160, p. 7, 23-6-1932.

República, Florianópolis, ed. n. 207, p. 7, 1º-7-1931.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 60.



Desembargador

Alcibíades Valério Silveira de Souza





Alcibíades Valério Silveira de Souza

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 1º/4/1894.

Filiação: João Alcibiades Silveira de Souza e Carolina de Castro Walker Formiga.

Formação: Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo (SP), 14/12/1922.

Experiência profissional: em 1912 entrou no serviço público federal, na antiga repartição geral dos telégrafos, tendo trabalhado nas estações de Pelotas (RS), Santos (SP), Piracicaba (SP) e Florianópolis (SC), no Palácio do Governo, quando era governador Adolfo Konder. Em São Paulo, cursou a Escola de Engenharia Elétrica e a Faculdade de Medicina, porém esta faculdade fechou, e foi então que se matriculou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo (USP), em 1918. Posteriormente, voltou para Florianópolis (SC) a fim de trabalhar como radiotelegrafista no Palácio do Governo. Em 11/5/1943 foi nomeado para professor interino da Faculdade de Direito de Florianópolis (SC). Após se aposentar como desembargador, passou a exercer a advocacia, sendo inclusive presidente da Ordem dos Advogados do Brasil nos biênios 1947-1949 e 1949-1951.

Posse no cargo de desembargador: 4/12/1941.

Trajetória na magistratura catarinense: assumiu a magistratura a pedido do governador, Adolfo Konder, em 1927, na Comarca de Curitibaanos. Foi juiz de direito nas Comarcas de Araranguá, Itajaí, Biguaçu, Laguna e Florianópolis. Foi promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado por ato do interventor federal Nereu Ramos, em 3/12/1941.

Aposentadoria/desligamento: 16/12/1947.

Falecimento: 4/1/1971, Florianópolis (SC).

Outros: quando morava na cidade de Santos (SP), durante sua graduação em direito, o desembargador Alcibíades de Souza pegava o trem às 4 horas da manhã para assistir às aulas. Segundo sua



biografia, nas horas de folga, foi também poeta e escritor, além de escrever nos jornais. A Comarca de São Carlos (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem. Há também uma rua com seu nome em Florianópolis. Casou-se com Maria Formiga, uma paulista com quem teve oito filhos.

Fontes

Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977, FamilySearch <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKJL-5HYY:1> (April 2020), Alcibiades, 19 Dec 1894; citing Baptism, Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis (Archdiocese of Florianopolis), Santa Catarina; FHL microfilm 1,252,698.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 142.

TJSC, Arquivo biográfico do desembargador Alcibiades Valério Silveira de Souza.

Santa Catarina, OAB. Ex-Presidentes. In: Alcebiades V. S. de Souza.



Alfredo von Trompowsky

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 27/7/1885.

Filiação: Júlio Melchior von Trompowsky e Felicidade Firmina da Costa.

Formação: Faculdade de Direito de São Paulo (SP), 30/11/1909.

Experiência profissional: ingressou na polícia em 1909, onde permaneceu até 1917. Foi professor na Faculdade de Direito de Santa Catarina (SC), atuando na área de prática de processos (direito judiciário civil), voltada para o quarto ano (1932-1957).

Posse no cargo de desembargador: 28/8/1935.

Trajatória na magistratura catarinense: por resolução de 1º/8/1910 foi nomeado para promotor público da Comarca de Palhoça e, no mesmo mês, no dia 31, foi nomeado para promotor público da Comarca da Capital, onde assumiu o exercício em 1º/9/1910. A seu pedido, foi exonerado do cargo de promotor público de Palhoça, sendo nomeado para promotor adjunto do promotor público da Capital em 22/7/1911. Foi nomeado para o cargo de promotor público interino da Capital em 30/8/1911. Por ato de 7/4/1913 foi nomeado para exercer o cargo de secretário do Superior Tribunal de Justiça. Pela Resolução n. 996, de 30/11/1917, foi nomeado para o cargo de primeiro suplente do juiz de direito da Comarca de São Bento, assumindo o exercício pleno do cargo de juiz de direito, na qualidade de primeiro suplente. Pela Resolução n. 1.023, de 9/1/1918, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de São Bento. Pela Resolução n. 1.681, de 6/6/1919, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Itajaí. Por meio da Resolução n. 5.480, de 18/7/1927, de acordo com a lista tríplice organizada pelo Tribunal, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da 1ª Vara da Capital. Pela Resolução n. 442, de 27/8/1935, foi nomeado para desembargador da Corte de Apelação, assumindo o exercício do cargo no dia 28 do mesmo mês. Por ser o desembargador mais antigo, assumiu em 12/7/1943 a Presidência do Tribunal de Apelação. Data de 18/1/1947 sua eleição como vice-presidente do Tribunal de Justiça, cargo cujo exercício assumiu na mesma data.

Aposentadoria/desligamento: 28/2/1947.



Falecimento: 14/7/1963, Rio de Janeiro (RJ).

Outros: iniciou carreira do magistério superior, ao lado do itajaiense Henrique da Silva **Fontes**, sendo professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, antecessora da Universidade Federal de Santa Catarina. Na faculdade, lecionou a disciplina de direito judiciário civil (1932-1957).

FontesTJSC, fichas funcionais.

A Gazeta, Florianópolis, ed. n. 1501, p. 1, 27-7-1939.

A Gazeta, Florianópolis, ed. n. 1582, p. 1, 8-11-1939.

Anuário de Itajaí, Itajaí, ano I, 1949, p. 121-122.

Folha Acadêmica, Florianópolis, ed. n. 10, p. 1, 14-11-1944.

Geni. Alfredo von Trompowski. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Alfredo-von-Trompowski/6000000177875240883>. Acesso em: 13 out. 2022.

Itajaipedia. Biografia Alfredo von Trompowsky, [s.d.].

Desembargador

Arno Pedro Hoeschl





Arno Pedro Hoeschl

Local e data de nascimento: Timbó (SC), 7/1/1907.

Filiação: Rodolfo Hoeschl e Elsa Federsenn Hoeschl.

Formação: Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP).

Experiência profissional: foi nomeado para o cargo de promotor público da Comarca de São Bento pela Resolução n. 409, de 27/1/1931, assumindo o exercício na mesma data. Pela Resolução n. 1.599, de 16/6/1932, foi removido para a Comarca de Rio do Sul, onde assumiu o exercício em 6/7/1932. Pela Resolução n. 2.349, de 25/4/1933, foi removido para a Comarca de Tubarão, onde assumiu o exercício em 3/6/1933. Pela Resolução n. 4.137, de 23/11/1934, foi removido para a Comarca de Florianópolis, onde assumiu o exercício em 7/12/1934.

Posse no cargo de desembargador: 12/3/1952.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Concórdia pela Resolução n. 732, de 30/12/1935, assumindo o exercício em 27/1/1936. Foi removido para a Comarca de Bom Retiro, de acordo com a Resolução n. 1.812, de 29/9/1936, assumindo o exercício em 27/10/1936. Foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Jaraguá do Sul pela Resolução n. 1.873, de 9/11/1936, assumindo o exercício em 26/11/1936. Pela Resolução n. 10.515, de 27/6/1941, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Itajaí, assumindo o exercício em 25/7/1941. Foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca da Capital por decreto de 28/2/1947, assumindo o exercício em 17/3/1947. Foi corregedor-geral da Justiça de 2/1/1956 a 1º/1/1958, vice-presidente do Tribunal de Justiça de 2/1/1960 a 2/1/1962 e presidente do Tribunal de Justiça de 2/1/1962 a 2/1/1964, por unanimidade de votos.

Aposentadoria/desligamento: na data de seu falecimento, em 11/9/1966.

Falecimento: 11/9/1966, Florianópolis (SC).





Outros: foi casado com Hilda da Silva Hoeschl. Era ligado à Sociedade de Cultura Germânica de Santa Catarina (SC).

FontesO Estado, Florianópolis, ed. n. 10525, p. 3, 10-7-1949.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14183, p. 3, 7-12-1961.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14339, p. 8, 4-1-1962.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 15488, p. 1, 13-9-1966.

TJSC, fichas funcionais.



Desembargador

Ary Pereira Oliveira





Ary Pereira Oliveira

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 6/12/1914.

Filiação: Francisco Pereira Oliveira Filho e Leonor Luz Oliveira.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina (SC).

Experiência profissional: foi delegado auxiliar da Secretaria de Segurança Pública, nomeado em 4/1/1938 (A GAZETA).

Posse no cargo de desembargador: 14/12/1966.

Trajatória na magistratura catarinense: em 1966 foi promovido, por antiguidade, do cargo de juiz de direito da Vara de Menores da Capital ao cargo de desembargador, por meio de decreto de 30/9/1966. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi corregedor-geral de Justiça entre 1970 e 1972, vice-presidente de 1974 a 1976 e, em 1º/3/1976, assumiu a presidência dessa instituição, permanecendo no cargo até 1º/3/1978.

Aposentadoria/desligamento: 11/12/1979.

Falecimento: 18/12/1984, Florianópolis (SC).

Outros: participou da Liga Náutica de Santa Catarina. Há registros de que Ary Pereira Oliveira ganhou, juntamente com o restante da tripulação, o primeiro lugar da regata de 1932. O Fórum da Comarca de Içara (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem.

Fontes

SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891-1991. Florianópolis: Editograf, 1991, p. 97.

A Gazeta, Florianópolis, 20 de jan. de 1938.

TRE-SC (Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina) – Galeria de Ex-Presidentes, 2005.

ACALEJ (Academia Catarinense de Letras Jurídicas).

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 97. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Belisário Ramos da Costa





Belisário Ramos da Costa

Local e data de nascimento: Lages (SC), 4/11/1912.

Filiação: Octacílio Vieira da Costa e Adélia Ramos da Costa.

Formação: Faculdade de Direito de Porto Alegre (RS), 1936.

Experiência profissional: foi funcionário do Ministério da Justiça no Rio de Janeiro (RJ), em 1937. Em 1938 foi nomeado para o cargo de promotor público da Comarca de Campos Novos (SC), cargo que desempenhou até 1941. De 1968 a 1971 exerceu, por dois biênios, o mandato de presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, passando posteriormente a ser membro permanente de seu Conselho Deliberativo.

Posse no cargo de desembargador: 26/11/1955.

Trajatória na magistratura catarinense: foi juiz substituto das Comarcas de Joinville e São Bento do Sul e posteriormente juiz de direito das Comarcas de Bom Retiro, São Joaquim, Curitiba, Araranguá, Canoinhas, Tijucas, Laguna e Lages, passando por todas as entrâncias da carreira. Foi promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça, permanecendo até 1969, quando se aposentou. No Tribunal exerceu as funções de presidente da Câmara Criminal, da 2ª Câmara Civil e das Câmaras Cíveis Reunidas, corregedor-geral da Justiça, vice-presidente e finalmente presidente do mesmo Tribunal no biênio 1966-1967. De 1932 a 1965 serviu ao Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de desembargador, tendo sido corregedor, vice-presidente e presidente do TRE.

Aposentadoria/desligamento: em 1969 se desliga das atividades no Tribunal de Justiça de Santa Catarina; em 4/11/1982 se aposentou na categoria de professor titular.

Falecimento: 19/4/2000, Florianópolis (SC).

Outros: durante sua gestão na presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi decidida a construção da atual sede do Poder Judiciário catarinense. Foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Era sobrinho de Adalberto Belisário Ramos e primo



de Belisário José Nogueira Ramos, ambos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Sua filha, Maria Teresa Visalli da Costa Silva Ramos, foi juíza de direito. Na qualidade de presidente do Tribunal, presidiu também a instalação de novas comarcas no Estado: Santa Cecília, Sombrio, Maravilha, Trombudo Central, Imaruí, Içara, Anita Garibaldi, Pomerode e outras. Durante sua gestão na presidência foi iniciada a construção das casas para a residência dos juízes, no interior do Estado, com a colaboração das prefeituras municipais, sendo a primeira delas na Comarca de Braço do Norte. Foi patrono da cadeira n. 38 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

FontesTJSC, fichas funcionais.

<https://acalej.org.br/belisario-ramos-da-costa/>

Desembargador

Edgard de Lima Pedreira





Edgard de Lima Pedreira

Local e data de nascimento: Bahia (BA), 6/1/1899.

Filiação: Felipe Machado Pedreira e Maria Josefina de Lima Pedreira.

Formação: Faculdade de Direito de Niterói (RJ), 1922.

Experiência profissional: por meio da Resolução n. 3.425, de 2/2/23, foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Cruzeiro (atual Joaçaba). Pela Resolução n. 3.802, de 22/1/1924, foi removido daquela comarca para a de Biguaçu. Ficando sem efeito a Resolução n. 3.802, foi removido para a Comarca de Tijucas, pela Resolução n. 3.820, de 29/1/1924. Sendo removido para a Comarca de Ouro Verde (atual Canoinhas) pela Resolução n. 4.295, de 17/2/1925, assumiu o cargo em 18/3/1925. Foi removido da Comarca de Ouro Verde para a de Blumenau, deixando o exercício naquela comarca no dia 9 do mesmo mês e assumindo o exercício na outra comarca em 24/12/1930. Pela Resolução n. 781, de 27/4/1931, foi nomeado para exercer o cargo de chefe escolar do Distrito Escolar de Blumenau.

Posse no cargo de desembargador: 12/5/1953.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Tubarão por meio da Resolução n. 1.086, de 30/9/1931. Por meio da Resolução n. 10.111, de 17/4/1941, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da 2ª Vara da Comarca da Capital, passando o exercício em Tubarão ao substituto legal. Por decreto de 12/5/1943, foi promovido, de acordo com os arts. 18 e 169 do Decreto-lei n. 431, de 19/3/1940, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Apelação, padrão Z, do Quadro Único do Estado. Em 12/5/1943 tomou posse e assumiu o exercício do cargo de desembargador. Por decreto de 18/12/1944 foi nomeado para o cargo de corregedor-geral da Justiça, para o qual foi reeleito pelo Tribunal de Justiça. Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 22/1/1951, permanecendo até 2/1/1952.

Aposentadoria/desligamento: 3/4/1952.





Falecimento: 3/4/1952, Florianópolis (SC).

Outros: casou-se com Marina Peixoto. O desembargador Lima Pedreira faleceu no aeroporto local de Florianópolis após voltar de viagem do Rio de Janeiro, aonde fora tratar de seu grave estado de saúde. Propôs a criação de uma biblioteca municipal em Curitiba, ideia concretizada com a instalação da Biblioteca Pública Municipal Desembargador Edgard Pedreira, em 5/11/1949. A instalação se deu pela aprovação, em plenário da Câmara de Vereadores, do Projeto n. 61 e pela Lei Ordinária Municipal n. 51 de 15 de outubro de 1949. “A solenidade de inauguração ou fundação da Biblioteca Pública Municipal deu-se às 10 horas do dia 5 de novembro de 1949. Aquele foi mesmo um ano especial, Curitiba fez uma extensa comemoração do centenário do nascimento do jurista Ruy Barbosa e aproveitou para incluir nessa, a inauguração da Biblioteca feita por homens do ‘Direito’”. De acordo com o site do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, há um texto encontrado sobre o desembargador Edgard Pedreira que diz que ele fundou a Sociedade Amigos de Tubarão, sendo não apenas responsável pela criação de uma biblioteca naquela cidade, como também criador e presidente da comissão dos Festejos do Centenário de Tubarão. “Foi um homem simples e bom, era um ‘coração aberto’ em todos os sentimentos. Não tinha inimigos e a todos atendia, quer na função do seu cargo, quer na de cidadão comum. Foi considerado íntegro e reto. As suas sentenças, quando juiz, sempre foram acatadas pelo Tribunal. Tanto o cidadão, como o Juiz, tinha na figura de Edgar Pedreira, uma alma pura a serviço da coletividade e da Justiça. A cidade de Tubarão tinha no extinto, o seu amor e melhor amigo. Por essa razão, na ocasião da sua morte, causou profunda consternação entre os munícipes que o conheceram. Ele era amigo da imprensa, pois tinha nele, um amigo e um colaborador. Prestou inestimáveis serviços à terra ‘Barriga-Verde’, ocupando cargos no Ministério Público e na Magistratura Estadual, os quais foram exercidos em diversas comarcas, invariavelmente com retidão e integridade. O Desembargador Edgard de Lima Pedreira, era uma das brilhantes figuras do Egrégio Tribunal de Justiça, sendo, sem favor, um dos expoentes máximos da cultura jurídica. Em toda a sua carreira, muito enobreceu a toga, proferindo



sentenças sábias e humanas, bem compreendendo a moderna concepção do direito” (Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, 2021). Em 1931, seu escritório e residência se encontravam na avenida Rio Branco, n. 37, em Blumenau (SC).

Fontes

POPINHAKI, Antonio Carlos. A Biblioteca Pública Municipal Desembargador Edgar Pedreira. Portal Mapa Cultura, Curitiba, SC, 2021. Disponível em: <https://museuhistoricoantoniogranemanndesouza.blogspot.com/2021/05/a-biblioteca-publica-municipal.html>. Acesso em: 2 dez. 2022.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 1.627, p. 3, 28-1-1951.

Correio do Norte. Canoinhas, ed. n. 110, 13-10-1949.

Curitiba. Lei Ordinária n. 5.978/2017, de 19 de dezembro de 2017. Denomina Biblioteca Pública Municipal de Professor David Novak.

Curitiba. Lei Ordinária n. 51/1949, de 15 de outubro de 1949. Cria Biblioteca Pública Municipal.

Fichas funcionais, arquivos do TJSC.

Óbito de Edgard de Lima Pedreira. Portal FamilySearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-654S-QXD?i=78&wc=MXYB-S29%3A337702501%2C337702502%2C340724801&cc=2016197>. Acesso em: 2 dez. 2022.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 1097, p. 2, 6-1-1919; ed. n. 2564, p. 3, 6-1-1923; ed. n. 3457, p. 2, 15-12-1925; ed. n. 3457, p. 2, 16-12-1925; ed. n. 3780, p. 2, 10-1-1927; ed. n. 7268, p. 6, 18-1-1938;

O Fluminense, Niterói, ed. n. 12186, p. 1, 30-12-1922.

TJSC. Fichas funcionais.

Desembargador

Euclides de Cerqueira Cintra





Euclides de Cerqueira Cintra

Local e data de nascimento: São Paulo (SP), 7/8/1910.

Filiação: Luiz Cintra e Amélia de Cerqueira Lima Cintra.

Formação: Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), 1928.

Experiência profissional: serviu ao Exército Nacional de 30/4/1928 até 29/11/1928 como aluno EIM-18 e entre 16 e 28/10/1930 como convocado. Por decreto de 29/7/1935 foi nomeado para o cargo de estagiário do Ministério Público, na Promotoria Pública de Taubaté (SP). Por decreto de 29/2/1936 foi nomeado para exercer o cargo de juiz municipal de Mineiros (GO). Foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Natividade (GO) por decreto de 19/4/1938. Exerceu as funções de professor substituto de matemática na Escola Industrial "Fernando Prestes", em Sorocaba (SP), no período de 17/4/1940 a 13/7/1940.

Posse no cargo de desembargador: 3/4/1968.

Trajetoária na magistratura catarinense: pela Resolução n. 8.802, de 20/7/1940, foi nomeado para o cargo de juiz substituto da 9ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Indaial, assumindo o exercício do cargo em 19/8/1940. Em 2/9/1940 assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Harmônio (Ibirama), por motivo de férias do titular; também assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Rio do Sul, em 1º/11/1940, em razão das férias do titular. Em 9/7/1941 assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Blumenau por determinação da Presidência do Tribunal de Apelação e em observância ao art. 113, parágrafo único, da Organização Judiciária do Estado. Foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de São Joaquim, de primeira entrância. Por merecimento, foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de Criciúma, de segunda entrância, assumindo o exercício em 20/3/1944. Em 7/1/1948 foi promovido, por merecimento, ao cargo de juiz de direito da Comarca de Canoinhas, de terceira entrância. Data de 11/6/1952 sua remoção para a Comarca de Tubarão. Foi promovido, por antiguidade, à 2ª Vara da Comarca de Joinville, de quarta entrância. Em 2/5/1957 foi removido para a 2ª Vara da Comarca da Capital. Por decreto de 22/3/1962, foi removido para a 1ª Vara Cível da Comarca da Capital.





Foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador, por decreto de 29/3/1968, publicado no Diário Oficial na mesma data. Foi eleito para corregedor-geral da Justiça em sessão plenária realizada em 3/11/1975, eleito para vice-presidente do Tribunal de Justiça em sessão de 2/8/1978 e eleito para presidente do Tribunal de Justiça em sessão de 5/12/1979.

Aposentadoria/desligamento: 7/8/1980.

Falecimento: 4/4/2000.

Outros: foi casado com Anitta Pannunzio de Cerqueira Cintra. O Fórum da Comarca de Criciúma (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem.

Fontes

TJSC. Fichas funcionais.

Correio Paulistano, São Paulo, ed. n. 24345, p. 3, 3-8-1935; ed. n. 26054, p. 4, 9-2-1941.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 84.

TRE-SC, arquivos. Memória e apresentação resumida – Presidente Euclides de Cerqueira Cintra. Disponível em: https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_19.pdf. Acesso em: 2 dez. 2022.



Desembargador

Eugênio Trompowsky Taulois Filho





Eugênio Trompowsky Taulois Filho

Local e data de nascimento: Rio de Janeiro (RJ), 30/4/1913.

Filiação: Eugênio Trompowsky Taulois e Maria de Lourdes Trompowsky.

Formação: Faculdade de Direito de Minas Gerais (MG).

Experiência profissional: foi nomeado para o cargo de promotor público da Comarca de Orleans (SC), assumindo em 9/12/1936. Pela Resolução n. 3.916, de 1º/6/1938, foi removido para a Comarca de Tubarão (SC), assumindo em 27/6/1938. Pela Resolução n. 8.906, de 3/8/1940, foi exonerado do cargo, por ter sido nomeado para outro cargo.

Posse no cargo de desembargador: 21/3/1962.

Trajetória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 8.905, foi nomeado para o cargo de juiz substituto da 10ª Vara em Tubarão e assumiu em 9/8/1940. Em 12/8/1940 assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Laguna. Assumiu em 2/10/1940 o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Orleans. Em 5/11/1940 assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Tubarão. Por motivo de férias do titular, assumiu em 1º/1/1941 o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Laguna. Em 30/4/1941 assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Tubarão. Pela Resolução n. 10.973, de 3/10/1940, foi removido, a pedido, para a 5ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Joinville. Em 3/6/1942 assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de São Francisco do Sul. Foi nomeado por decreto de 6/8/1942 para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Concórdia. Por decreto de 6/8/1942 foi exonerado do cargo de juiz substituto da 5ª Circunscrição Judiciária, com sede em Joinville. Passou em 7/8/1942 a exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de São Francisco do Sul. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 1º/3/1974 a 1º/3/1976.

Aposentadoria/desligamento: 20/7/1982.

Falecimento: 6/1/1996, Florianópolis (SC).



Outros: era casado com Jenny de Vasconcelos Taulois. O Fórum da Comarca de Concórdia leva o nome do desembargador em forma de homenagem. Foi patrono da cadeira n. 20 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

Fontes

TJSC, fichas funcionais.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 81.

<https://acalej.org.br/eugenio-trompowsky-taulois-filho/>

Desembargador

Flávio Tavares da Cunha Mello





Flávio Tavares da Cunha Mello

Local e data de nascimento: Joinville (SC), 15/4/1907.

Filiação: Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho e Nelsina Barreto Tavares.

Formação: Faculdade de Direito do Paraná (PR).

Experiência profissional: pela Resolução de 30/6/1928 foi nomeado para promotor público da Comarca de Mafra (SC).

Posse no cargo de desembargador: 28/12/1946.

Trajetória na magistratura catarinense: por resolução de 8/2/1935 foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Ibirama (SC), assumindo em 11/3/1935. Pela Resolução n. 490, de 10/9/1935, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Mafra (SC), assumindo em 9/10/1935. Exerceu o cargo de corregedor-geral da Justiça de 9/3/1947 a 28/12/1948. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 1952 a 1955.

Aposentadoria/desligamento: 30/8/1955.

Falecimento: 30/8/1955, Florianópolis (SC).

Outros: foi casado com Djanira Fonseca Tavares. O Fórum da Comarca de Mafra (SC) leva o nome do desembargador em forma de homenagem.

Fontes

A Notícia, Joinville, ed. n. 2480, p. 2, 7-1-1937.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 1856, p. 1, 4-9-1955.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 117.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Guilherme Luiz Abry





Guilherme Luiz Abry

Local e data de nascimento: Blumenau (SC), 25/1/1886.

Filiação: Luiz Abry e Augusta Clasen Abry.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SP), dezembro de 1909.

Experiência profissional: em 1910 foi nomeado para promotor público de Tubarão (SC), onde permaneceu apenas cinco meses, por ter sido transferido para Biguaçu (SC) e depois para Itajaí (SC), em 1912.

Posse no cargo de desembargador: 25/2/1937.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura no final de janeiro de 1914, quando foi nomeado para o cargo de juiz de direito de Curitiba. Em 1917 instalou a Comarca de Mafra, onde foi o primeiro juiz de direito e exerceu esse cargo por mais de 15 anos. Foi removido para a Comarca de Joinville em 1932. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de 17/1/1947 a 1º/10/1950. Já havia sido vice-presidente da mesma entidade. No período de 11/5/1949 a 1º/11/1949 foi corregedor-geral da Justiça de Santa Catarina. Em 1º/3/1952 foi eleito para o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, sendo reeleito posteriormente.

Aposentadoria/Desligamento: 3/1956.

Falecimento: 2/8/1970, Blumenau (SC).

Outros: foi casado com Olga Cardoso, com quem teve um filho. Foi o primeiro blumenauense a formar-se bacharel em direito. Foi nomeado para juiz de direito de Curitiba (SC) em 1914 e, durante a Guerra do Contestado, teve que fugir da cidade montado numa mula. Foi um dos fundadores do Rotary Club em Florianópolis, sendo eleito o primeiro presidente da instituição na cidade. Após se aposentar, passou a residir em Blumenau (SC), em um apartamento do Hospital Santa Catarina, pois estava enfermo e há muito tempo recolhido ao leito. Exerceu suas atividades até 1956, ano em que se aposentou, com setenta anos de idade. O Fórum da Comarca de Blumenau (SC) leva o nome do desembargador em forma de homenagem.





Fontes

A Comarca, Mafra, ed. n. 8, p. 2, 17-8-1919; ed. n. 11, p. 1, 7-9-1919.

Atualidades, Florianópolis, ed. n. 10, p. 10, 10/1948.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 1294, p. 1, 6-10-1945; ed. n. 1511, p. 1, 10-10-1948.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 695, p. 1, 29-8-1917; ed. n. 10143, p. 1, 5-10-1947; ed. n. 10152, p. 1, 1º-1-1948; ed. n. 12424, p. 1, 1º-4-1956; ed. n. 16453, p. 1, 14-8-1970.

República, Florianópolis, ed. n. 110, p. 6, 9-2-1927; ed. n. 863, p. 1, 24-1-1927; ed. n. 862, p. 1, 20-2-1937.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 64.

TJSC, Fichas funcionais. Desembargador Guilherme Luiz Abry.



Desembargador

Henrique da Silva Fontes





Henrique da Silva Fontes

Local e data de nascimento: Itajaí (SC), 15/3/1885.

Filiação: Manoel Antônio Fontes e Ana da Silva Fontes.

Formação: bacharel em ciências e letras, Ginásio Nossa Senhora da Conceição, São Leopoldo (RS), 13/12/1906.

Experiência profissional: em 1907 atuou como professor particular no Rio de Janeiro (RJ). Lecionou no Ginásio Catarinense e na Escola Normal Catarinense. No Ginásio, de 1910 a 1917, ensinou português e história do Brasil e, em curso comercial ali instituído, escrituração mercantil. Na Escola Normal, de 1911 a 1918, foi professor de pedagogia e psicologia, passando depois a lente de história e geografia, obtidas as duas cadeiras por concurso. Em 1910 fundou o semanário *A Época*, de orientação católica, cujo primeiro número saiu em 16 de outubro, tendo sido diretor-proprietário até fins de abril de 1911. Em 1927 colou grau na Faculdade de Direito do Paraná (PR) como bacharel em ciências jurídicas e sociais. O primeiro cargo que exerceu fora do magistério foi o de encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual em 1918. Desempenhou outros cargos, entre os quais se destacam diretor da Instrução Pública de Santa Catarina (1919-1926) e secretário de Viação e Obras Públicas, (1926-1929). Seu nome é relacionado com os outros componentes do grupo de elite responsável pela implantação e funcionamento da Faculdade de Direito de Santa Catarina, da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina e da Universidade de Santa Catarina. Presidiu a comissão encarregada da construção do monumento de Lauro Müller, para a qual seu idealismo nutriu a realização da iniciativa. Não viu, contudo, a inauguração levada a efeito, três anos e três meses depois que faleceu. Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e patrono da cadeira n. 18 da Academia Catarinense de Letras (SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA, 2017).

Posse no cargo de desembargador: 21/1/1937.



Trajetória na magistratura catarinense: foi juiz federal substituto (1929-1934), juiz e procurador do Tribunal Eleitoral (1932-1934), procurador-geral do Estado de Santa Catarina (1934-1937) e desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1937-1946).

Aposentadoria/desligamento: 27/2/1946.

Falecimento: 22/3/1966, Florianópolis (SC).

Outros: foi orador da turma. Matriculou-se em 1908 na Escola Politécnica, porém interrompeu o curso no fim do mesmo ano.

FontesTJSC. Fichas funcionais. Henrique da Silva **Fontes**.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA, 2017. Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/45/Henrique_da_Silva_Fontes. Acesso em: 5 dez. 2022.



Hercílio João da Silva Medeiros

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 13/2/1908.

Filiação: João da Silva Medeiros e Cora Esperança da Luz Medeiros.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (PR), 1930.

Experiência profissional: foi nomeado pela Resolução n. 304 para promotor público da Comarca da Capital (SC) e assumiu o exercício em 2/1/1931.

Posse no cargo de desembargador: 25/1/1947, por decreto.

Trajetória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 2.751, de 8/8/1933, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Mafra. Pela Resolução n. 440, de 23/8/1935, foi nomeado para o cargo de juiz de menores da Comarca da Capital. Por decreto de 29/5/1943 foi promovido, por merecimento, ao cargo de juiz de direito da 2ª Vara, deixando o cargo de juiz de menores. Assumiu a presidência do Tribunal de Justiça em 31/8/1956.

Aposentadoria/desligamento: 6/11/1961.

Falecimento: 1º/5/1975.

Outros: foi casado com Risoleta de Carvalho Moritz.

Fontes

O Estado, Florianópolis, ed. n. 5177, p. 6, 10-12-1930; ed. n. 6078, p. 10, 30-12-1933.

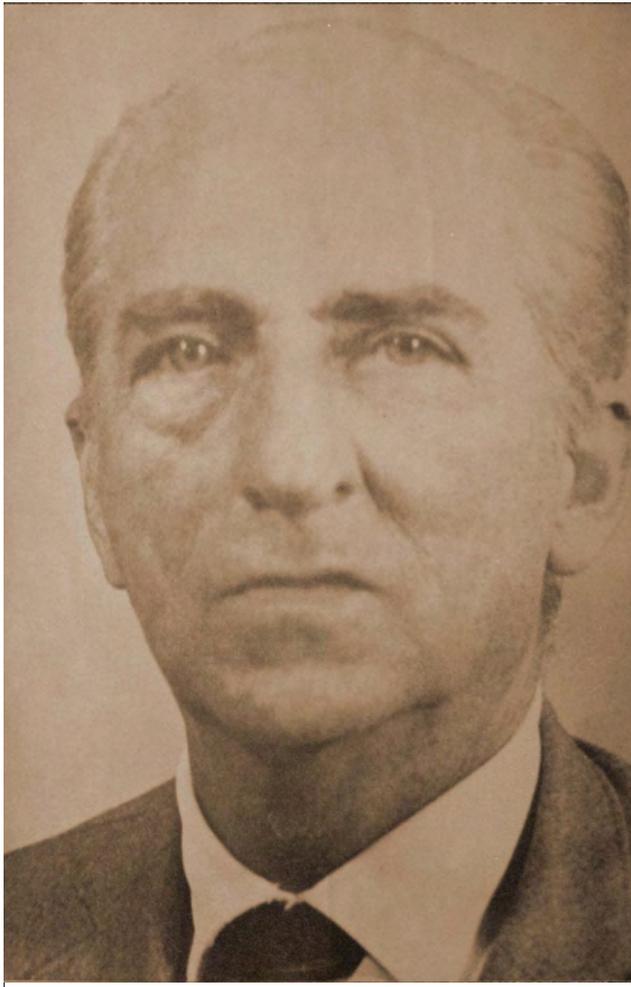
SANTA CATARINA, TRE. Arquivo institucional: apresentação resumida. In: Des. Hercílio João da Silva Medeiros: Memória. Florianópolis, Santa Catarina: TRE-SC, [s.d.]. Disponível em: https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_05.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Ivo Guilhon Pereira de Mello





Ivo Guilhon Pereira de Mello

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 22/4/1904.

Filiação: Pedro Alexandrino Pereira de Mello e Henriqueta Brício Guilhon Pereira de Mello.

Formação: Universidade Federal do Paraná (PR).

Experiência profissional: foi nomeado para promotor público em 8/11/1923 e em 19/7/1928.

Posse no cargo de desembargador: 30/10/1953.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado para o cargo de juiz de direito em 11/8/1933. Atuou como juiz de direito da Comarca de Curitiba de 11/8/1933 a 21/11/1934. Foi juiz de direito da Comarca de São Bento do Sul de 28/1/1934 a 21/11/1934. Foi juiz de direito da Comarca de Curitiba de 21/11/1934 a 29/4/1946. Foi juiz de direito da Comarca de Lages de 29/4/1946 a 29/10/1953. Foi nomeado para presidente do Tribunal de Justiça em 2/1/1964, permanecendo no cargo até 1º/3/1966.

Aposentadoria/desligamento: 19/1/1968, por decreto publicado em 21/1/1968.

Falecimento: 24/12/1993.

Outros: o Fórum da Comarca de Curitiba (SC) leva o nome do desembargador em forma de homenagem.

Fontes

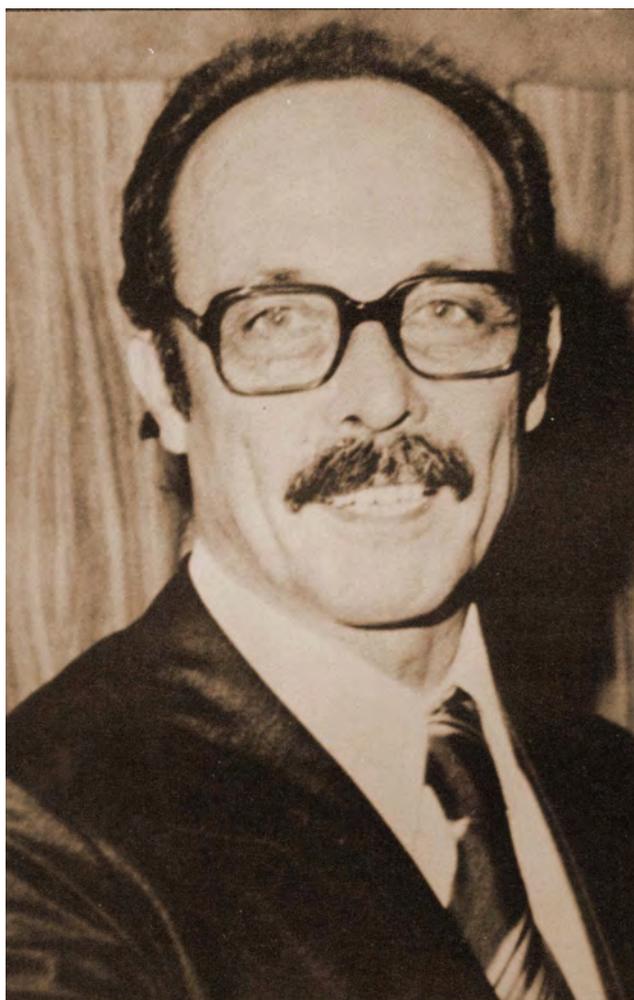
TJSC. Fichas funcionais.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 86.



Desembargador

João de Borba





João de Borba

Local e data de nascimento: Blumenau (SC), 22/6/1926.

Filiação: João Manoel de Borba e Elisabeth Van Dale de Borba.

Formação: Universidade de Direito de Santa Catarina (SC).

Experiência profissional: foi professor de direito na Universidade Regional de Blumenau e na Universidade Federal de Santa Catarina. Advogou ininterruptamente até abril de 1967 na Comarca de Blumenau (SC) e nas comarcas vizinhas, até que se afastou da advocacia, devido a sua nomeação como desembargador, ocorrida em razão do quinto constitucional.

Posse no cargo de desembargador: 26/4/1967.

Trajetória na magistratura catarinense: tomou posse no Tribunal em 1967, permanecendo na instituição até julho de 1980. Quando se aposentou, reingressou na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina. Durante sua carreira de magistrado foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (1975-1978), corregedor-geral, vice-presidente e presidente do Tribunal de Justiça, de 1978 a 1980¹.

Aposentadoria/desligamento: 10/7/1980.

Falecimento: 20/2/2012, Blumenau (SC).

Outros: fundou em Blumenau o conceituado escritório Advocacia Borba, onde teve a companhia dos filhos Jorge e Paulo Roberto, dando início a uma tradição familiar de opção pelo direito, que hoje se estende aos netos. Entre as honrarias recebidas destacou-se a Medalha João Baptista Bonnassis, outorgada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina; a Medalha de Mérito Associativo, da Associação dos Magistrados Catarinenses; e a medalha do Mérito Judiciário, no grau de Grande Mérito, pelo Tribunal Pleno (ACALEJ, [s.d.]). Seu velório ocorreu na Igreja Martin

¹ Trecho retirado da biografia do desembargador feita pela Acalej. Disponível em: <https://acalej.org.br/joao-de-borba/>. Acesso em: 5 dez. 2022.



Luther King, localizada na rua Coronel Petersen, n. 106, bairro Itoupava Seca, em Blumenau (SC). Foi o patrono da cadeira n. 34 da Academia Catarinense de Letras.

Fontes

OAB, Santa Catarina. Advogado João de Borba falece em Blumenau. 20 de mar. 2012. Disponível em: <https://www.oab-sc.org.br/noticias/advogado-joao-borba-falece-em-blumenau/7521>. Acesso em: 5 dez. 2022.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 15617, p. 10, 29-3-1967.

TJSC, Fichas funcionais. Des. João de Borba.

Desembargador

João de Luna Freire





João de Luna Freire

Local e data de nascimento: Urussanga (SC), 16/11/1889.

Filiação: Vicente de Luna Freire e Joaquina de Luna Freire.

Formação: Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (RJ).

Experiência profissional: pela Resolução n. 2.260 de 7/8/1920, foi nomeado para promotor público da Comarca de Curitibanos (SC). Pela Resolução n. 2.337, de 8/10/1920, foi nomeado para promotor público da Comarca de Mafra (SC), ficando sem efeito a nomeação de Curitibanos. Assumiu o exercício na Comarca de Mafra (SC) em 23/10/1920. Pela Resolução n. 4.011, de 1º/7/1924, foi removido para a Comarca de São Francisco (SC), e pela Resolução n. 4.105 foi removido para a Comarca de Palhoça (SC).

Posse no cargo de desembargador: 16/5/1942.

Trajetória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 4.447, de 8/5/1925, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Chapecó, sendo, pela mesma resolução, exonerado do cargo de promotor público da Comarca de Palhoça. Assumiu o exercício em 29/5/1925. Pela Resolução n. 5.816, de 23/4/1928, foi nomeado, por merecimento, para o cargo de juiz de direito da Comarca de Chapecó, passando o exercício em Urussanga. Pela Resolução n. 566, de 23/2/1931, foi removido da Comarca de Urussanga para a Comarca de Araranguá, assumindo em 12/5/1931. Pela Resolução n. 2.567, de 7/6/1933, foi removido, a pedido, por merecimento, para a Comarca de Biguaçu, assumindo em 12/6/1933. Pela Resolução n. 3.997, de 18/9/1934, foi removido, a pedido, para a Comarca de Blumenau, assumindo em 27/9/1934. Foi nomeado, por decreto de 24/3/1943 para exercer o cargo de corregedor-geral da Justiça, por dois anos, assumindo em 27/3/1943.

Aposentadoria/desligamento: 5/3/1949, por decreto.

Falecimento: 27/6/1972.

Outros: o Fórum da Comarca de Urussanga (SC) carrega o nome do desembargador em sua homenagem.





Fontes

O Estado, Florianópolis, ed. n. 5907, p. 2, 8-7-1933.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, ed. n. 70, p. 3, 25-3-1918.

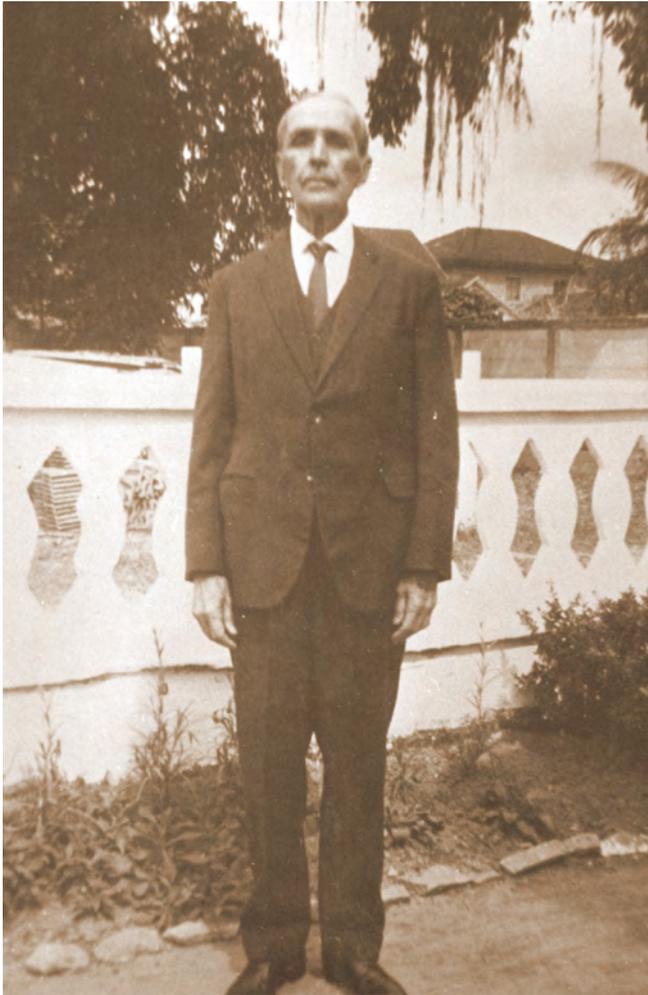
SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 161. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Joaquim Luiz Guedes Pinto





Joaquim Luiz Guedes Pinto

Local e data de nascimento: Salvador (BA), 24/8/1888.

Filiação: Antônio Guedes Pinto e Josephina Poisson Guedes Pinto.

Formação: Faculdade de Direito da Bahia (BA).

Experiência profissional: por ato de 20/8/1913 foi nomeado para promotor público da Comarca de Araranguá (SC), assumiu o exercício do cargo em 14/9/1913, porém em outubro do mesmo ano foi removido para a Comarca de Tubarão (SC), assumindo o exercício em 7 de novembro. Em 9/11/1915, por motivo de moléstia, passou o exercício do cargo, reassumindo no dia 25 do mesmo mês.

Posse no cargo de desembargador: 3/11/1940.

Trajatória na magistratura catarinense: em 28/2/1917 assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de Campos Novos, onde foi classificado em primeiro lugar, de acordo com a lista tríplice organizada pelo Tribunal. Pela Resolução n. 1.063, de 5/2/1918, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Araranguá, de primeira entrância. Foi removido dessa comarca para a de Tubarão pela Resolução n. 1.180, de 30/5/1918, onde assumiu o cargo de segunda entrância. Pela Resolução n. 4.695, de 7/1/1926, foi removido, a pedido, da Comarca de Tubarão para a de Laguna, de segunda entrância, onde assumiu o exercício do cargo em 14/1/1926. Foi removido para a Comarca de Tubarão, por permuta, requerida com João de Deus Faustino da Silva, assumindo o exercício em 20/2/1929. Foi removido para a Comarca de Itajaí pela Resolução n. 1.085, de 30/9/1931. Em 16/11/1937, pela Resolução n. 2.953, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da 1ª Vara da Comarca da Capital, passando o exercício da Comarca de Itajaí no dia 17 do mesmo mês, e assumiu as funções na Capital no dia seguinte. Pela Resolução n. 9.274, de 2/12/1940, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Estado. Em 3/12/1940 prestou compromisso e assumiu o exercício do cargo. Foi nomeado pela Resolução n. 9.946, de 19/3/1941, nos termos dos arts. 29 e 31 do Decreto-lei n. 431, de 19/3/1940, para exercer as funções de corregedor-geral da Justiça.



Reassumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Apelação, por ter terminado o biênio para exercer as funções de corregedor.

Aposentadoria/desligamento: 5/4/1946. Por decreto, foi aposentado no cargo de desembargador.

Falecimento: 12/8/1980, Hospital Governador Celso Ramos.

Outros: o Fórum da Comarca de Imbituba (SC) carrega o nome do desembargador em sua homenagem.

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 99. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

O Estado, Florianópolis, 4 de out. 1917, ed. n. 723, p. 1.

O Estado, Florianópolis, 10 de abr. 1946, ed. n. 9719, p. 6.

O Estado, Florianópolis, 23 de ago. 1941, ed. n. 8328, p. 6.

República, Florianópolis, 1º de out. 1931, ed. n. 285, p. 5.

TJSC. Fichas funcionais.

Desembargador

José do Patrocínio Gallotti





José do Patrocínio Gallotti

Local e data de nascimento: Nova Trento (SC), 14/4/1908.

Filiação: Laudelino Gallotti e Julieta Piazza Gallotti.

Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ).

Experiência profissional: pela Resolução n. 724 de 9/4/1931, foi nomeado para o cargo de promotor público interino da Comarca de Chapecó. Pela Resolução n. 1.606 de 25/6/1932, foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Campos Novos (SC). Em 8/8/1933, pela Resolução n. 2.752 foi removido de Campos Novos para a Comarca da Capital, assumindo o exercício em 26/8/1933. Pela Resolução n. 2.847, de 12/9/1933, foi nomeado para exercer o cargo de auditor da Justiça Militar do Estado. Pela Resolução n. 3.646, de 8/5/1934, foi exonerado do cargo de promotor público da Comarca da Capital. Exerceu funções docentes na Universidade Federal de Santa Catarina como professor da disciplina de história do pensamento econômico, do curso de economia.

Posse no cargo de desembargador: 6/12/1961.

Trajetória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 3.647, de 8/5/1934, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Campos Novos, assumindo em 6/6/1934. Pela Resolução n. 1.758, de 4/9/1956, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Canoinhas, assumindo o exercício em 19/9/1936. Por decreto de 20/2/1947 foi promovido ao cargo de juiz de direito da 2ª Vara da Comarca da Capital, assumindo em 28/2/1947.

Aposentadoria/desligamento: 6/12/1961.

Falecimento: 15/6/1985, Florianópolis (SC).

Outros: Apesar de não ser filiado a nenhum partido político, atuava ativamente nos movimentos sociais. Durante o golpe militar, foi preso por quarenta dias. Durante o ano de 1964, foi redigido um abaixo-assinado caracterizando o professor Gallotti como “comunista e militante ativo”.





Fontes TJSC, fichas funcionais.

“José do Patrocínio Gallotti”, Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:

<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/688>.

Acesso em: 6 fev. 2023.

<https://noticias.ufsc.br/2008/04/centenario-de-jose-gallotti-e-celebrado-na-ufsc/>

SANTA CATARINA, Ministério Público. **Procuradores-Gerais de Justiça de Santa Catarina: Resumos biográficos**. Florianópolis: MPSC, 2013



Desembargador

José Rocha Ferreira Bastos





José Rocha Ferreira Bastos

Local e data de nascimento: Salvador (BA), 13/5/1898.

Filiação: Filinto Justiniano Bastos e Carolina Rocha Ferreira Bastos.

Formação: Faculdade Livre de Direito de Salvador, Bahia (BA).

Experiência profissional: desempenhou funções de delegado da 1ª Região. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Foi professor na Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Posse no cargo de desembargador: 19/6/1946.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado para o cargo de procurador-geral do Estado de Santa Catarina por ato do Poder Executivo, assumindo em 2/2/1943. Foi corregedor-geral da Justiça de 21/5/1952 a 2/1/1956. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 2/1/1956 a 2/1/1958.

Aposentadoria/desligamento: 28/11/1966.

Falecimento: 2/6/1977, Florianópolis (SC).

Outros: no dia 22/3/1955 a Biblioteca Regional Eleitoral de Santa Catarina foi denominada Biblioteca Desembargador José Rocha Ferreira Bastos em homenagem a um dos membros do primeiro Pleno da Corte, em 1945. O Fórum da Comarca de Braço do Norte (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem.

FontesSANTA CATARINA, Ministério Público. Procuradores-Gerais de Justiça de Santa Catarina: Resumos biográficos. Florianópolis: MPSC, 2013

“BRASIL, SANTA CATARINA, Registro Civil, 1850-1999”, database with images, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:D6QH-DMPZ>; 27 December 2020), José Rocha Ferreira Bastos, 1977.



SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 66.

Revista Acadêmica, Florianópolis, ed. n. 3, p. 4, ago. 1920.

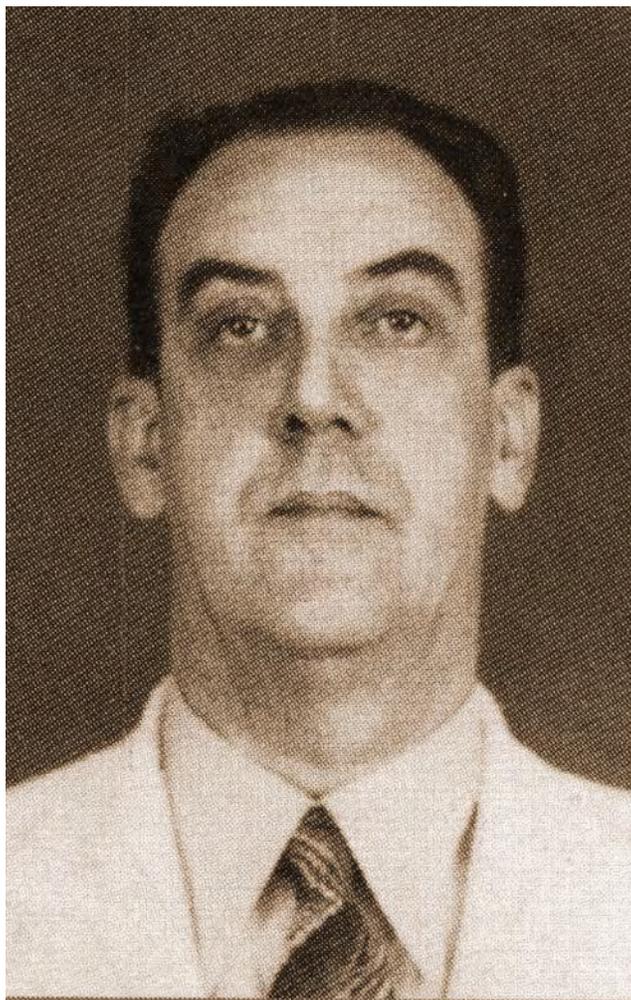
Blumenau em Cadernos, Blumenau, ed. n. 1, p. 8, jan. 1977.

Folha Acadêmica, Florianópolis, ed. n. 30, p. 5, ago./set. 1949.

TJSC. Fichas funcionais.

Desembargador

Lucas Bhering





Lucas Bhering

Local e data de nascimento: Ouro Preto (MG), 30/11/1891.

Filiação: Álvaro Rollemberg Bhering e Leonor Mello Bhering.

Formação: Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (RJ).

Experiência profissional: foi nomeado para promotor público da Comarca de São Francisco (SC) pela Resolução n. 57, de 13/3/1914, assumindo o exercício do cargo em 23/4/1914. Foi removido para a Comarca de Joinville (SC), deixando o exercício em São Francisco no dia 16 do mesmo mês e assumindo em Joinville no dia 20 do mesmo mês.

Posse no cargo de desembargador: 18/3/1941.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Chapecó, sendo exonerado do cargo de promotor público da Comarca de São Francisco do Sul, deixando-o em 20/10/1917 e assumindo o novo cargo em 15/11/1917. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Campos Novos pela Resolução n. 1.049, de 24/1/1918. Ao ser removido para a Comarca de São Francisco do Sul, em 11/3/1922, pela Resolução n. 2.983 precisou assumir a Comarca de Porto União no dia 13 do mesmo mês. Poucos dias depois assumiu em São Francisco do Sul, no dia 23 de março de 1922. Pela Resolução n. 8.327, de 8/5/1940, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da 2ª Vara da Comarca da Capital, de acordo com o art. 40 do Decreto-lei n. 431, de 19/3/1940, assumindo o exercício do cargo em 18/5/1940. Foi promovido, por antiguidade, a desembargador do Tribunal de Apelação, segundo a Resolução n. 9.905, de 14/3/1941, e de acordo com o art. 19 do Decreto-lei n. 431, de 19/3/1940 (pela Resolução n. 9.908, de 17/3/1941, foi retificada a de n. 9.905, de 14/3/1941, para promovê-lo, por antiguidade, a desembargador, pelo princípio de antiguidade na magistratura, e não pelo princípio de juiz mais antigo na quarta entrância, conforme o art. 19 do citado decreto-lei e em obediência ao Ofício n. 100, de 15/3/1941, do Tribunal de Apelação).

Aposentadoria/desligamento: Foi aposentado pelo Decreto n. 1.111, de 2/12/1941, à vista do laudo de inspeção de saúde.

Falecimento: 24/6/1965.





Outros: foi casado com Adelaide Rollemberg Pessoa Bhering.

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 144.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ed. n. 222, p. 5, 10-8-1890.

O Século, Rio de Janeiro, ed. n. 2226, p. 1, 15-11-1913.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Manoel Barbosa de Lacerda





Manoel Barbosa de Lacerda

Local e data de nascimento: Paraná (PR), 26/5/1898.

Filiação: Leocádio Corrêa de Lacerda e Maria Jocelina Lacerda.

Formação: Faculdade de Direito do Paraná (PR), 1932.

Posse no cargo de desembargador: 23/12/1961.

Experiência profissional: atuou no cargo de promotor público da Comarca de Clevelândia (PR) até o ano de 1932, quando pediu exoneração. Em 1935 exerceu a advocacia no Estado do Paraná.

Trajatória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 248 de 25/6/1935, foi nomeado para promotor público da Comarca de Concórdia, assumindo o posto em 8/7/1935. Em 5/2/1938 foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Lages; em 7/4/1938 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Bom Retiro. Assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Indaial no dia 24/10/1943. Em sua trajetória, também trabalhou nas Comarcas de São Joaquim, de Curitibanos, de Araranguá e da Capital.

Aposentadoria/desligamento: decreto de 27/2/1962.

Falecimento: 29/3/1963.

Outros: o Fórum da Comarca de Indaial (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem. Foi presidente do clube de futebol "Rio Branco Sport Club" em 1931. Ao se formar, residiu no município de Lapa (PR).

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 100.

A Nação, Blumenau, ed. n. 58, p. 4, 21-10-1943.

O Dia, Curitiba, ed. n. 2414, p. 8, 6-12-1929; ed. n. 2165, p. 4, 25-1-1931.

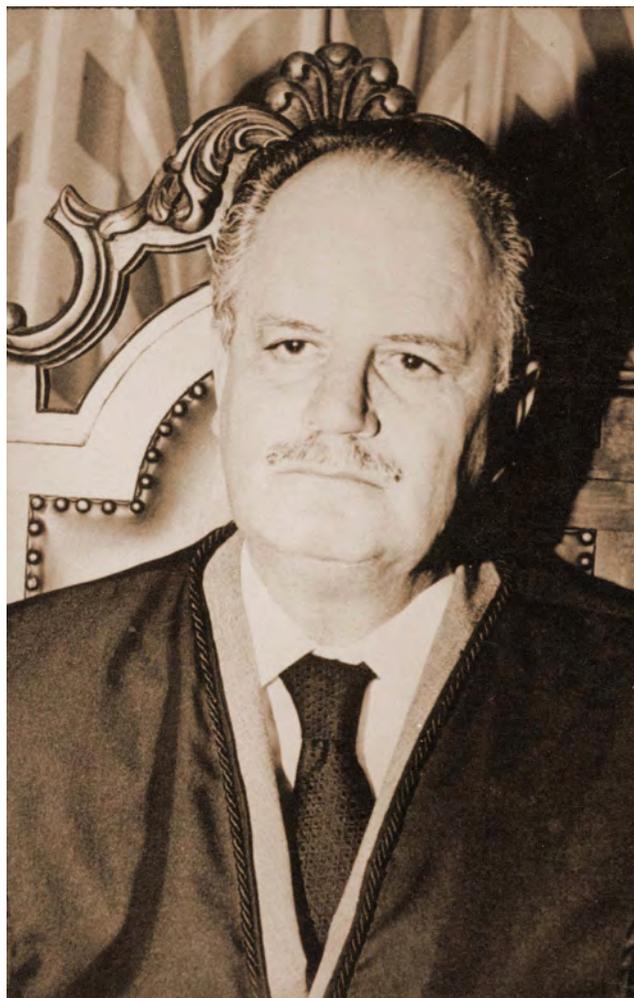
Correio do Paraná, Curitiba, ed. n. 182, p. 8, 23-12-193; ed. n. 314, p. 6, 3-6-1933.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Marcílio João da Silva Medeiros





Marcílio João da Silva Medeiros

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 5/5/1915.

Filiação: João da Silva Medeiros Filho e Cora da Luz Medeiros.

Formação: Faculdade de Direito de Curitiba (PR).

Experiência profissional: foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Posse no cargo de desembargador: 10/11/1961.

Trajetória na magistratura catarinense: Foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Urussanga, assumindo em 10/9/1942. Foi também juiz nas Comarcas de Campos Novos, São Francisco do Sul e Blumenau. De 1º/3/1966 a 1º/3/1968 foi corregedor-geral da Justiça. De 1º/3/1968 a 1º/3/1970 foi vice-presidente do Tribunal de Justiça. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 4/3/1968 a 27/1/1970. Foi eleito para presidente do Tribunal de Justiça em 3/12/1969, exercendo esse cargo de 2/3/1970 a 27/4/1972.

Aposentadoria/desligamento: 17/5/1985.

Falecimento: 8/4/2009.

Outros: em maio de 1985 a Biblioteca do Tribunal de Justiça passou a denominar-se “Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros” em homenagem ao magistrado. A Comarca de Capinzal (SC) leva o nome do desembargador em homenagem a ele. Em 16/1/1959 Marcílio recebe o título de Cidadão Blumenauense pela Câmara Municipal.

Fontes

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2146918/nota-de-falecimento-des-aposentado-marcilio-joao-da-silva-medeiros>

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 74.

Blumenau em Cadernos, Blumenau, ed. n. 5, p. 96, maio 1959.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 4.063, p. 4, 13-9-1996.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Marinho Parísio de Sousa Lobo





Marinho Parísio de Sousa Lobo

Local e data de nascimento: Campo Alegre (SC), 11/6/1887.

Filiação: Pedro José de Sousa Lobo e Adelaide Flora Caldeira de Andrada Lobo.

Formação: Faculdade de Direito de São Paulo (SP), 1911.

Experiência profissional: foi diretor do Grupo Escolar Conselheiro Mafra e professor da Escola Complementar, de Joinville (SC), nos anos de 1912 e 1913, e administrador dos Correios de Santa Catarina de 1913 a 28/8/1919. Redigiu o jornal A Gazeta do Comércio. Foi um dos primeiros diretores e fundadores do jornal O Estado (1914). Participou como membro do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional em Santa Catarina, fundado em 21/4/1917. Exerceu a advocacia e assumiu como promotor público de São Bento do Sul (SC). Foi promotor público interino da Câmara Municipal de Joinville (1920). Substituiu interinamente Abdon Batista, seu sogro, na função de Prefeito Municipal de Joinville (SC), de 31/1/1921 até 1926. Foi eleito para o cargo de deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e integrou a 13ª Legislatura (1925-1927). Reeleito para a 14ª Legislatura (1928-1930). Atuou também como deputado constituinte de 1928 e exerceu mandato ordinário no mesmo parlamento. Foi vereador na Câmara Municipal de Joinville (1927-1930) e presidente do Conselho Municipal (1927). Foi presidente do Clube Joinville (eleito em 27/1/1930) e chefe da coligação “Por Santa Catarina”, do Partido Republicano (1934). Aderiu à Ação Integralista Brasileira (extinta em 1937), foi candidato do Partido Sigma à governança do Estado e chegou a compor a chamada Câmara dos Quatrocentos (órgão consultivo do chefe nacional da Ação Integralista Brasileira). Foi vice-presidente da Associação Joinvillense de Amparo aos Necessitados (1937-1938), presidente do Rotary Clube (1937) e do Joinville Tênis Clube (1937-1938). Integrou e foi orador oficial da Diretoria da Sociedade Anônima Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (1930-1931) e da Sociedade Amigos de Joinville (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022). Foi chefe de polícia em Joinville de 27/1 a 26/5/1930.



Posse no cargo de desembargador: 5/10/1935.

Trajetória na magistratura catarinense: após pedir exoneração do cargo de presidente do Conselho Municipal em 1927, assumiu o cargo de secretário do Interior e Justiça (de maio até 28/9/1930). Exerceu o cargo de desembargador da Corte de Apelação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nomeado em setembro de 1935, empossado em 5/10/1935 e exonerado em 19/1/1937, conforme solicitado, para reabrir escritório de advocacia (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022).

Aposentadoria/desligamento:

Falecimento: 21/2/1959, Joinville (SC)².

Outros: Casou-se com América de Oliveira Batista Lobo, filha de Abdon Baptista.

Fontes

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Marinho de Sousa Lobo. 2022. *Disponível em:* https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/689-Marinho_de_Sousa_Lobo. Acesso em: 2 set. 2022.

Registros Cíveis, Joinville, SC, Casamentos 1912-1914, livro 7, 183v, p. 58. Disponível em: <http://www.mafra.com.br/genealogia/getperson.php?personID=1029716&tree=arfamis001>. Acesso em 2 de março. 2023.

2 Termo feito à folha 9 do livro 17 C, sob o n. 15.751 de registros de óbito deste cartório (Joinville).

Desembargador

Mário Teixeira Carrilho





Mário Teixeira Carrilho

Local e data de nascimento: Santo Amaro da Purificação (BA), 6/11/1888.

Filiação: João Alves Carrilho e Marciunila Teixeira Carrilho.

Formação: Faculdade de Direito de Salvador (BA).

Experiência profissional: atuou como advogado em Joinville (SC) em 1918. Por ato governamental de 12/12/1914 foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Canoinhas. Também exerceu esse cargo na Comarca de São Francisco, onde assumiu em 30/9/1915. Pela Resolução n. 791, de 7/4/1917, foi removido para a Comarca de Joinville, onde assumiu o exercício no dia 16 do mesmo mês. Pela Resolução n. 1.448, de 29/1/1919, foi exonerado do cargo de promotor público de Joinville e nomeado para o cargo de primeiro suplente de juiz de direito da Comarca de Curitibaanos.

Posse no cargo de desembargador: 27/4/1946.

Trajetória na magistratura catarinense: Pela Resolução n. 1.536, de 3/3/1919, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Curitibaanos, sendo assim exonerado do cargo de primeiro suplente. Foi removido, por merecimento, para a Comarca de Tijucas, de segunda entrância pela Resolução n. 2.305, de 3/9/1920. Pela Resolução n. 2.398, de 21/12/1920, foi removido, a pedido, para a Comarca de Lages, de segunda entrância. Por decreto de 9/4/1946 foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador.

Aposentadoria/desligamento: 18/12/1946.

Falecimento: 16/8/1978.

FontesTJSC, fichas funcionais.

Correio do Norte, Joinville, ed. n. 18, p. 2, 9-6-1918.



Desembargador

Maurillo da Costa Coimbra





Maurillo da Costa Coimbra

Local e data de nascimento: Santa Catarina (SC), 8/9/1899.

Filiação: Honório Teixeira Coimbra e Maria da Conceição Coimbra.

Formação: Faculdade de Direito Teixeira de Freitas (RJ).

Experiência profissional: foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Curitiba pela Resolução n. 2.101 B, de 30/4/1920. Pela Resolução n. 2.182, de 4/6/1920, foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Biguaçu, ficando sem efeito a resolução anterior. Foi removido da Comarca de Biguaçu para a de Palhoça pela Resolução n. 3.068, de 2/5/1922, assumindo em 10/5/1922.

Posse no cargo de desembargador: 11/3/1953.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado pela Resolução n. 4.027, de 15/7/1924, para o cargo de juiz de direito da Comarca de Joaçaba, assumindo em 16/8/1924. Foi removido da Comarca de Joaçaba para a Comarca de Biguaçu pela Resolução n. 4.785, de 8/2/1926, assumindo em 23/2/1926, e removido da Comarca de Biguaçu para a Comarca de São Bento pela Resolução n. 1.085, de 30/9/1931, assumindo em 17/10/1926. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Palhoça pela Resolução n. 2.566, de 7/6/1933, tendo assumido em 17/6/1933. Foi promovido pelo Decreto n. 2.189, de 5/5/1942, para atuar na Comarca de Tijucas, assumindo em 20/5/1942, e promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de Joinville por decreto de 10/4/1947, assumindo o exercício em 1º/5/1947. Após a promoção ao cargo de desembargador, foi eleito para corregedor-geral da Justiça e atuou nesse cargo de 2/1/1958 a 2/1/1960.

Aposentadoria/desligamento: 20/12/1961.

Falecimento: 2/5/1972, Santa Catarina (SC).

Outros: o Fórum da Comarca de Guaramirim (SC) leva o nome Desembargador Maurillo da Costa Coimbra em homenagem ao magistrado.





Fontes

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 6256, p. 17, 24-9-2009.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 94.

O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. n. 1193, p. 9, 9-4-1916.

“Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999”, database with images, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:D9BX-5GT2> : 27 December 2020), Mauricio Da Costa Coimbra, 1972.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Mileto Tavares da Cunha Barreto





Mileto Tavares da Cunha Barreto

Local e data de nascimento: Goiana (PE), 1º/10/1885.

Filiação: José Tavares da Cunha Mello e Rita Tavares de Gouveia Barreto.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1905.

Experiência profissional: logo após se formar, em abril de 1906, mudou-se para o Estado do Pará e passou a dedicar-se à advocacia.

Posse no cargo de desembargador: 12/4/1940.

Trajatória na magistratura catarinense: de 27/10/1913 a 30/7/1914 atuou na Comarca de Canoinhas como juiz de direito da 1ª Vara. Foi o primeiro juiz de direito da comarca. De 30/7/1914 a 20/12/1920 atuou no cargo de juiz de direito da Comarca de Lages. Foi juiz de direito da Comarca da Capital de 20/12/1920 a 5/5/1924. Esteve novamente em Lages como juiz da comarca de 8/5/1924 até 11/4/1940.

Aposentadoria/desligamento: 5/3/1941.

Falecimento: 3/11/1958, Brusque (SC).

Outros: casou-se em Goiana (PE) no dia 16/12/1917 com Philladelphia da Cunha Gouveia. Era irmão de Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, ex-presidente do Tribunal. O sepultamento do desembargador ocorreu no Cemitério Católico da cidade de Brusque.

Fontes

Fichas Funcionais do TJSC.

Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 118, p. 1, 26-5-1905.

Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 283, p. 2, 13-12-1907.

Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 31, p. 4, 5-2-1928.

A Província, Recife, ed. n. 91, p. 1, 24-4-1906.



Desembargador

Nelson Nunes de Souza Guimarães





Nelson Nunes de Souza Guimarães

Local e data de nascimento: Rio de Janeiro (RJ), 27/3/1896.

Filiação: Alfredo Urbano de Souza Guimarães e Irma Ribeiro Nunes Guimarães.

Formação: Faculdade Livre de Direito (RJ).

Experiência profissional: atuou no cargo de delegado da 1ª Região.

Posse no cargo de desembargador: 22/3/1947.

Trajatória na magistratura catarinense: atuou como promotor público nas Comarcas de Curitiba e Porto União em 1919. Em 21/7/1922 foi nomeado para o cargo de juiz de direito efetivo, assumindo-o na Comarca de São Bento do Sul em 1º/8/1922. Assumiu o cargo de juiz de direito na Comarca de Tijucas em 1924. Em 1937 assumiu como juiz de direito da Comarca de Joinville. Por decreto de 10/3/1947 foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, assumindo o exercício em 22/3/1947.

Aposentadoria/desligamento: 22/10/1953.

Falecimento: 26/7/1955.

Outros: o Fórum da Comarca de Abelardo Luz carrega o nome do desembargador Nelson Nunes de Souza Guimarães em sua homenagem. Casou-se na Capital do Rio de Janeiro com Maria da Gloria de Bittencourt Coimbra em 1919.

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 53. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

O Imparcial, Rio de Janeiro, ed. n. 712, p. 9, 13-12-1914.

O Paiz, Rio de Janeiro, ed. n. 12767, p. 4, 24-9-1919.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 1419, p. 1, 26-1-1926.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Norberto de Miranda Ramos





Norberto de Miranda Ramos

Local e data de nascimento: Lapa (PR), 6/4/1911.

Filiação: José Pereira Ramos e Julieta de Miranda Ramos.

Formação: Faculdade de Direito do Paraná (PR).

Experiência profissional: foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Palhoça por resolução de 19/5/1934. Foi removido para a Comarca de São Bento do Sul (SC) em 20/5/1935. Por resolução de 5/2/1936 foi removido para a Comarca de São José (SC). Foi promovido à Comarca de São Francisco do Sul (SC) em 23/3/1936 e promovido à Comarca de Lages (SC) por resolução de 29/6/1936.

Posse no cargo de desembargador: 27/12/1961.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Bom Retiro por resolução de 3/12/1936. Foi promovido à Comarca de Cruzeiro por resolução de 13/8/1941, promovido à Comarca de Porto União por decreto de 18/5/1946, promovido à 2ª Vara da Comarca de Joinville em 31/3/1952 e promovido à 1ª Vara da Comarca de Joinville em 19/3/1953. Após sua nomeação para desembargador, em 27/12/1961, foi eleito para presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 18/4/1967, permanecendo até 4/3/1968. Em 6/12/1967 foi eleito para corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Foi eleito para vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 3/12/1969 e eleito para presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 28/4/1970. Em 19/12/1971 foi eleito para presidente do Tribunal de Justiça, tomando posse em 14/3/1972.

Aposentadoria/desligamento: 18/6/1974.

Falecimento: 5/9/1985.

Outros: foi casado com Ezir Moritz Ramos. O Fórum de Mondai (SC) recebe o nome do desembargador Norberto de Miranda Ramos em homenagem a ele.



Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 120.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 6626, p. 6, 16-11-1935.

Correio do Paraná, Curitiba, ed. n. 412, p. 7, 23-9-1933.

Correio do Paraná, Curitiba, ed. n. 472, p. 7, 8-12-1933.

TJSC. Fichas funcionais.



Oscar Leitão

Local e data de nascimento: Itagibá (BA), 23/3/1898.

Filiação: Jovino Baptista Leitão e Helena Porto Leitão.

Experiência profissional: foi nomeado para promotor público da Comarca de São Bento (SC) pela Resolução n. 2.315, de 10/9/1920. Foi removido para a Comarca de Porto União (SC) pela Resolução n. 3.200, de 29/7/1922. Advogou em Blumenau (SC) no ano de 1954.

Posse no cargo de desembargador: 7/5/1952.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado pela Resolução n. 4.857, de 17/3/1926, para o cargo de juiz de direito da Comarca de Curitibaanos. No ano seguinte foi removido para a Comarca de Campos Novos. Pela Resolução n. 1.085, de 30/9/1931, foi removido para a Comarca de Cruzeiro (Joaçaba). Pela Resolução n. 2.419, de 8/5/1933, foi removido para a Comarca de Canoinhas, no cargo de juiz de direito. Por meio da Resolução n. 1.696, de 18/8/1936, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Laguna. De 1º/7/1942 até 19/4/1952 ocupou o cargo de juiz de direito da Comarca de Blumenau, de quarta entrância.

Aposentadoria/desligamento: 4/3/1953.

Falecimento: 9/2/1959, Curitiba (PR).

Outros: residia na rua Cidade do Salvador, Blumenau (SC). Foi sepultado em Blumenau, no Cemitério Católico. Casou-se com Leonor Virmond Leitão.

Fontes

TJSC, Fichas funcionais. Oscar Leitão.

A Voz de Gaspar, Gaspar, ed. n. 58, p. 6, 30-9-1954.

Blumenau em Cadernos, Blumenau, 1959, ed. n. 6, p. 20.

Blumenau em Cadernos, Blumenau, 1934, ed. n. 6289, p. 6.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 6289, p. 6, 1º-10-1934.



Desembargador

Osmundo Wanderley da Nóbrega





Osmundo Wanderley da Nóbrega

Local e data de nascimento: Patos do Paraíba (PE), 8/12/1904.

Filiação: José Ipaminondas da Nóbrega e Elvira Wanderley da Nóbrega.

Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ).

Experiência profissional: exerceu a advocacia em Florianópolis (SC).

Posse no cargo de desembargador: 10/2/1947.

Trajetória na magistratura catarinense: em 27/1/1935 tomou posse do cargo de juiz de direito da Comarca de Caçador. Atuou nas Comarcas de São Bento do Sul, de Tijucas e da Capital. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 17/5/1955 a 16/6/1956, e vice-presidente do Tribunal de Justiça de 21/1/1958 a 21/1/1960.

Aposentadoria/desligamento: 27/4/1970.

Falecimento: 26/5/1998, Florianópolis (SC).

Outros: o Fórum da Comarca de Caçador (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem.

FontesSANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 68.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16.634, p. 7, 14-5-1971.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Rubem Moritz da Costa





Rubem Moritz da Costa

Local e data de nascimento: Blumenau (SC), 28/7/1916.

Filiação: Florêncio Thiago da Costa e Carlota Moritz da Costa.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina (SC).

Experiência profissional: em 16/12/1939 foi nomeado para exercer o cargo de auxiliar do Departamento Estadual de Estatística.

Posse no cargo de desembargador: 28/8/1967.

Trajectoria na magistratura catarinense: foi nomeado para o cargo de promotor público, de primeira entrância, da Comarca de Bom Retiro. Foi também promotor público das Comarcas de Curitibaanos, de Canoinhas e da Capital. Foi promovido ao cargo de procurador do Estado. De 1º/3/1974 a 1º/3/1976 foi corregedor-geral da Justiça.

Aposentadoria/desligamento: 26/7/1978.

Falecimento: 15/10/1983.

Outros: foi homenageado com a denominação do Fórum de Canoinhas (SC). Casou-se com Maria da Luz Carpes.

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 73.

A Gazeta, Florianópolis, ed. n. 1.613, p. 2, 16-12-1939.

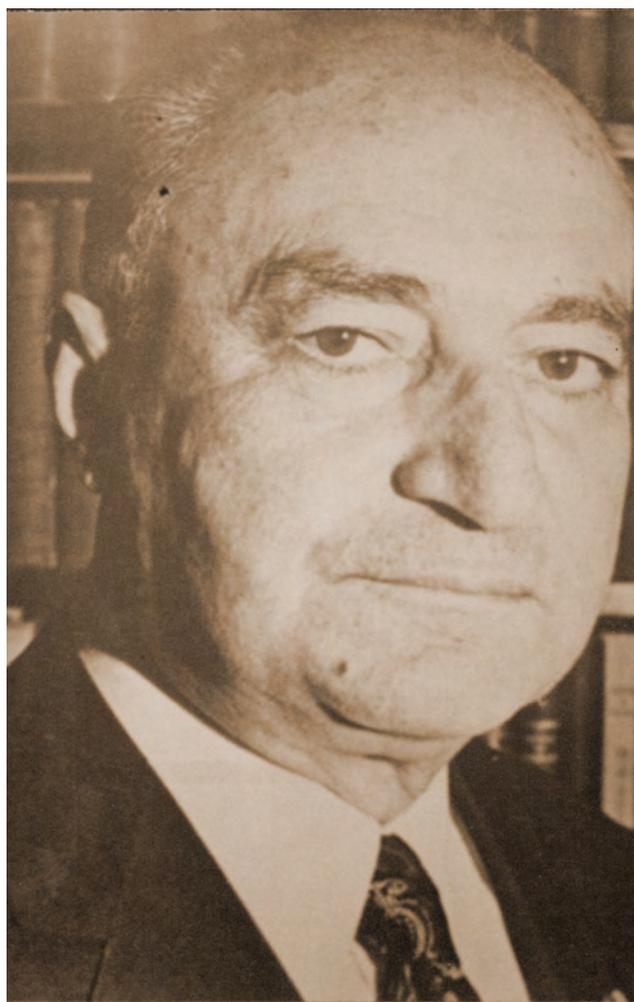
O Estado, Florianópolis, ed. n. 8.267, p. 4, 11-6-1941.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Severino Nicomedes Alves Pedrosa





Severino Nicomedes Alves Pedrosa

Local e data de nascimento: Timbatiba (PE), 16/9/1905.

Filiação: José Alves Sobrinho e Júlia de Araújo Pedrosa.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE).

Experiência profissional: foi prefeito do município de Correntes (PE). Pela Resolução n. 1.160, de 18/11/1931, foi nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Chapecó. Pela Resolução n. 1.355, de 6/2/1932, foi removido da Comarca de Chapecó para a de Porto União.

Posse no cargo de desembargador: 27/4/1949.

Trajatória na magistratura catarinense: pela Resolução n. 2.711, de 25/7/1933, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Campos Novos, assumindo em 24/8/1933. Pela Resolução n. 3.459, de 24/3/1934, foi removido, a pedido, da Comarca de Campos Novos para a Comarca de Indaial. Pelo Decreto n. 451, de 19/3/1940, foi promovido, por antiguidade, à Comarca de Florianópolis e assumiu o exercício em 12/7/1943. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Aposentadoria/desligamento: 24/9/1975.

Falecimento: 1988, Florianópolis.

Outros: Fez parte do corpo docente do Instituto Politécnico de Florianópolis, primeira instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina.

Fontes

Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 4, p. 13, 7-1-1960.

Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 211, p. 8, 19-9-1958.

ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS. **Efemérides**. Florianópolis. Disponível em: <https://acalej.org.br/efemerides/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Centro de Ciências Jurídicas**: histórico. Florianópolis, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://ccj.ufsc.br/centenario/historico/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

TJSC. Fichas funcionais.



Desembargador

Vitor Lima





Vitor Lima

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 12/4/1912.

Filiação: Jerônimo Emiliano de Lima e Emilia Mamede de Lima.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina (SC).

Experiência profissional: foi nomeado para exercer o cargo de professor ginásial na primeira Escola Noturna da Capital pela Resolução n. 6.258, de 19/3/1929. Foi removido da Escola Noturna para o Grupo Escolar Luís Neves, de Mafra, e iniciou o exercício em 20/2/1930; também foi nomeado para exercer o cargo de diretor do mesmo estabelecimento. Em 23/12/1941 foi nomeado, pelo Decreto n. 1.163, para o cargo de promotor público da Comarca de São José (SC). Sendo removido da Comarca de São José, passou a exercer suas funções na 3ª Promotoria da Comarca de Florianópolis, por decreto de 1º/8/1942. Por decreto de 5/1/1944, foi designado para membro do Conselho Penitenciário do Estado, na qualidade de representante do Ministério Público. Pela Portaria n. 2.429, de 23/8/1948, foi designado para membro da comissão encarregada do Serviço de Educação de Adultos no Município de Florianópolis.

Posse no cargo de desembargador: 24/4/1957.

Trajetória na magistratura catarinense: em 9/5/1952 foi nomeado para procurador-geral do Estado. Por decreto de 22/3/1957 foi nomeado para exercer o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Foi corregedor-geral da Justiça no período de 2/1/1964 a 1º/3/1966.

Aposentadoria/desligamento: 12/7/1967.

Falecimento: 6/4/1983.

Outros: foi designado pelo Governo do Estado em 8/9/1954 para representar Santa Catarina no 1º Congresso Internacional do Ministério Público. Em 30/8/1956 foi designado para presidir a comissão de estudos para a reforma do Regulamento de Terras e Colonização.

Fontes

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 125.

TJSC. Fichas funcionais.





Anexos



Anexos

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Sexta sede do Tribunal de Justiça</i>	
<i>Foto do desembargador Adalberto Belisário Ramos</i>	
<i>Foto do desembargador Adão Bernardes</i>	
<i>Foto do desembargador Alcibiades Valério Silveira de Souza</i>	
<i>Foto do desembargador Arno Pedro Hoeschl</i>	
<i>Foto do desembargador Ary Pereira Oliveira</i>	
<i>Foto do desembargador Belisário Ramos da Costa</i>	
<i>Foto do desembargador Edgard de Lima Pedreira</i>	
<i>Foto do desembargador Euclides de Cerqueira Cintra</i>	
<i>Foto do desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho</i>	
<i>Foto do desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello</i>	
<i>Foto do desembargador Guilherme Luiz Abry</i>	
<i>Foto do desembargador Henrique da Silva Fontes</i>	
<i>Foto do desembargador Ivo Guilhon Pereira de Mello</i>	
<i>Foto do desembargador João de Borba</i>	
<i>Foto do desembargador João de Luna Freire</i>	
<i>Foto do desembargador Joaquim Luiz Guedes Pinto</i>	
<i>Foto do desembargador José do Patrocínio Gallotti</i>	
<i>Foto do desembargador José Rocha Ferreira Bastos</i>	
<i>Foto do desembargador Lucas Bhering</i>	
<i>Foto do desembargador Manoel Barbosa de Lacerda</i>	
<i>Foto do desembargador Marcílio João da Silva Medeiros</i>	
<i>Foto do desembargador Marinho Parisio de Sousa Lobo</i>	
<i>Foto do desembargador Mário Teixeira Carrilho</i>	
<i>Foto do desembargador Maurillo da Costa Coimbra</i>	
<i>Foto do desembargador Mileto Tavares da Cunha Barreto</i>	
<i>Foto do desembargador Nelson Nunes de Souza Guimarães</i>	
<i>Foto do desembargador Norberto de Miranda Ramos</i>	
<i>Foto do desembargador Osmundo Wanderley da Nóbrega</i>	
<i>Foto do desembargador Rubem Moritz da Costa</i>	
<i>Foto do desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa</i>	
<i>Foto do desembargador Vitor Lima</i>	

Sexta sede do Tribunal de Justiça



Foto do desembargador Adalberto Belisário Ramos



Foto do desembargador Adão Bernardes

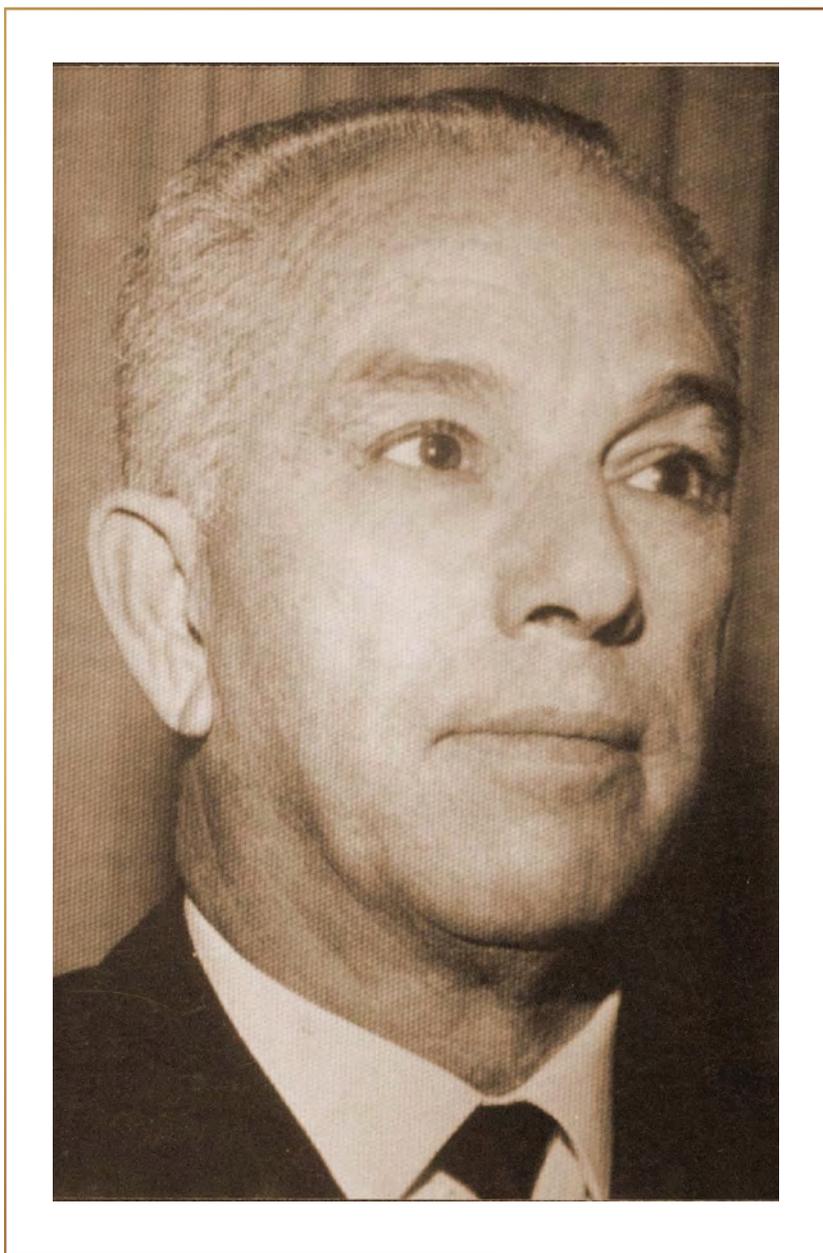


Foto do desembargador Alcibíades Valério Silveira de Souza



Foto do desembargador Arno Pedro Hoeschl



Foto do desembargador Ary Pereira Oliveira



Foto do desembargador Belisário Ramos da Costa



Foto do desembargador Edgard de Lima Pedreira



Foto do desembargador Euclides de Cerqueira Cintra



Foto do desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho



Foto do desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello



Foto do desembargador Guilherme Luiz Abry



Foto do desembargador Henrique da Silva Fontes

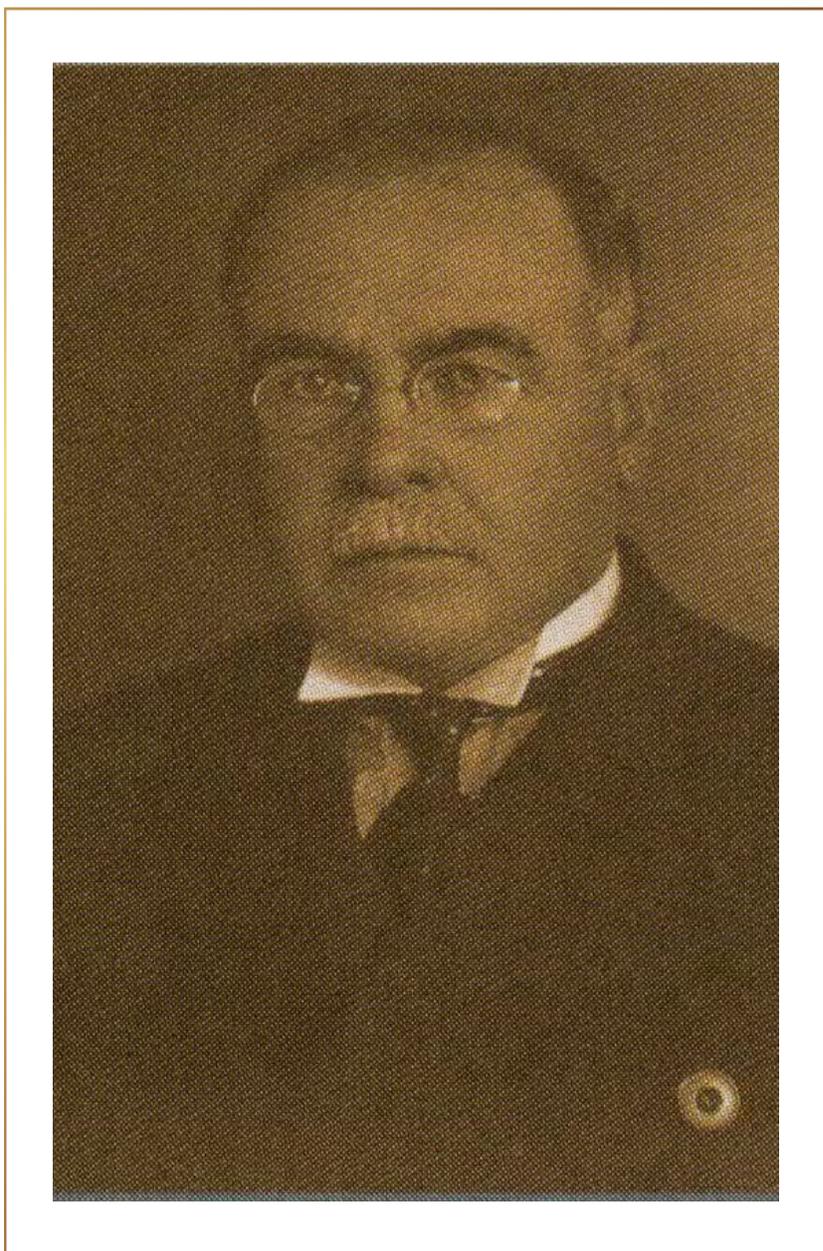


Foto do desembargador Ivo Guilhon Pereira de Mello

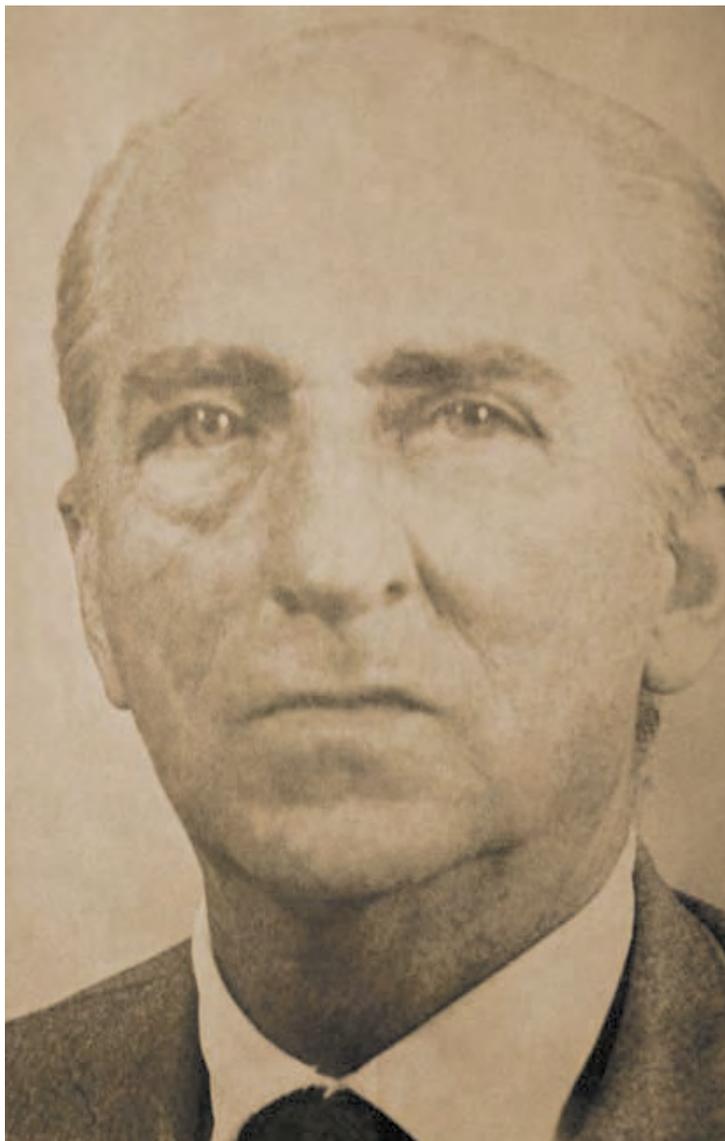


Foto do desembargador João de Borba

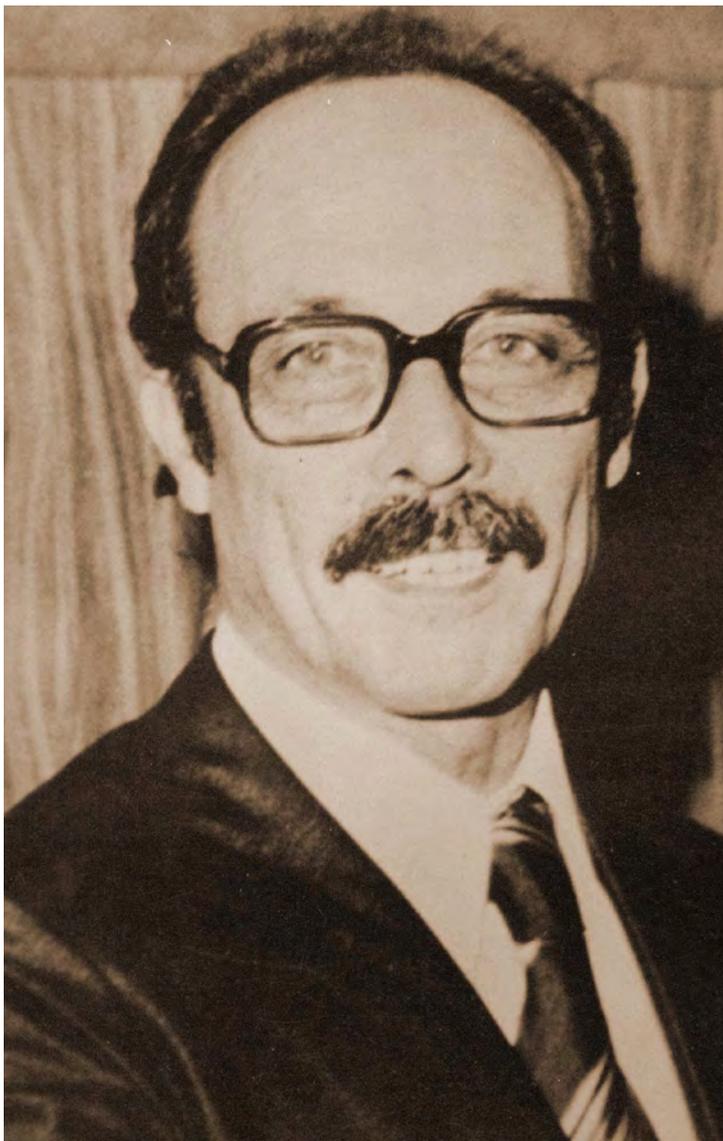


Foto do desembargador João de Luna Freire



Foto do desembargador Joaquim Luiz Guedes Pinto



Foto do desembargador José do Patrocínio Gallotti



Foto do desembargador José Rocha Ferreira Bastos



Foto do desembargador Lucas Bhering

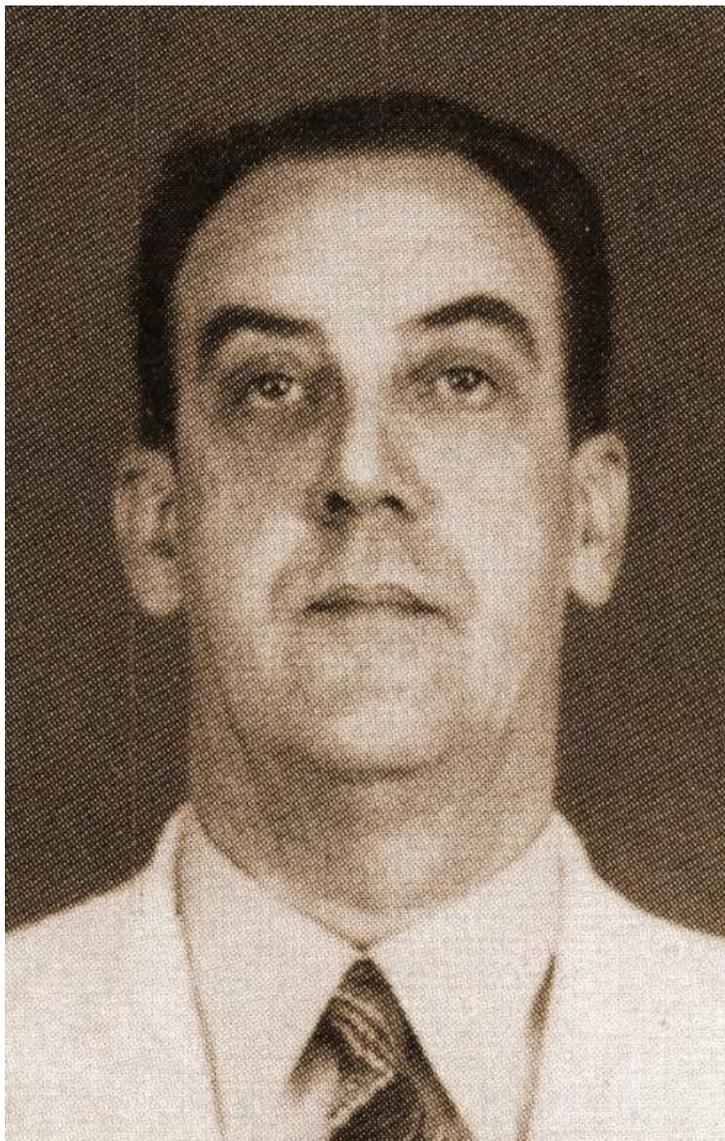


Foto do desembargador Manoel Barbosa de Lacerda



Foto do desembargador Marclio João da Silva Medeiros



Foto do desembargador Marinho Parísio de Sousa Lobo



Foto do desembargador Mário Teixeira Carrilho



Foto do desembargador Maurillo da Costa Coimbra



Foto do desembargador Miletto Tavares da Cunha Barreto



Foto do desembargador Nelson Nunes de Souza Guimarães

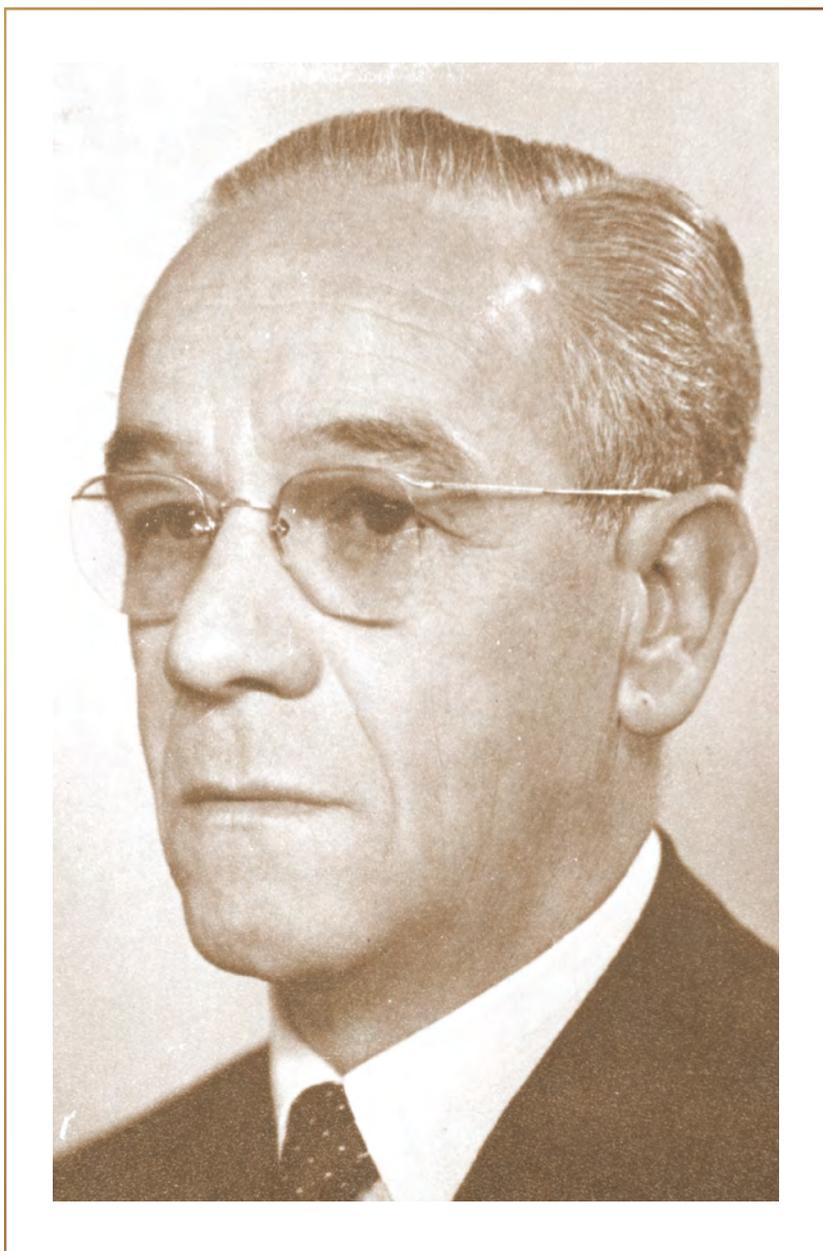


Foto do desembargador Norberto de Miranda Ramos



Foto do desembargador Osmundo Wanderley da Nóbrega

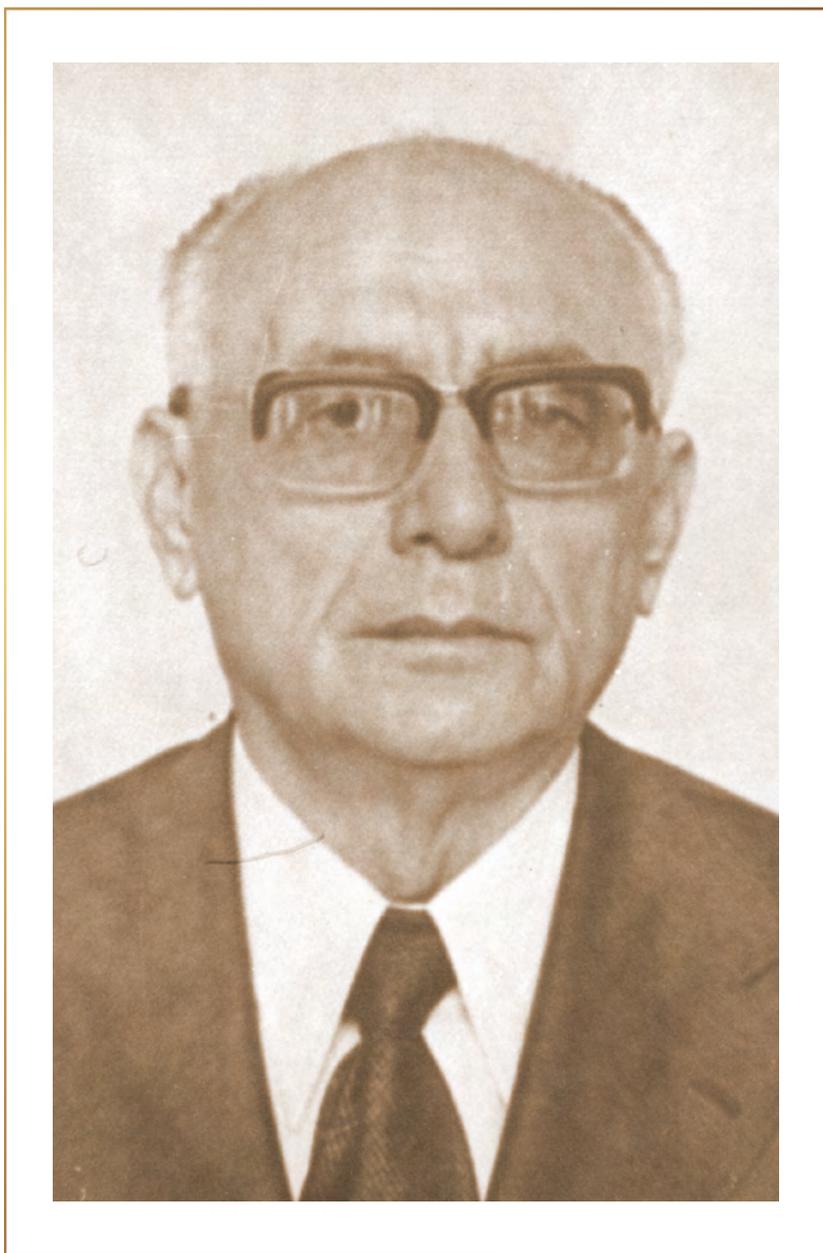


Foto do desembargador Rubem Moritz da Costa



Foto do desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa

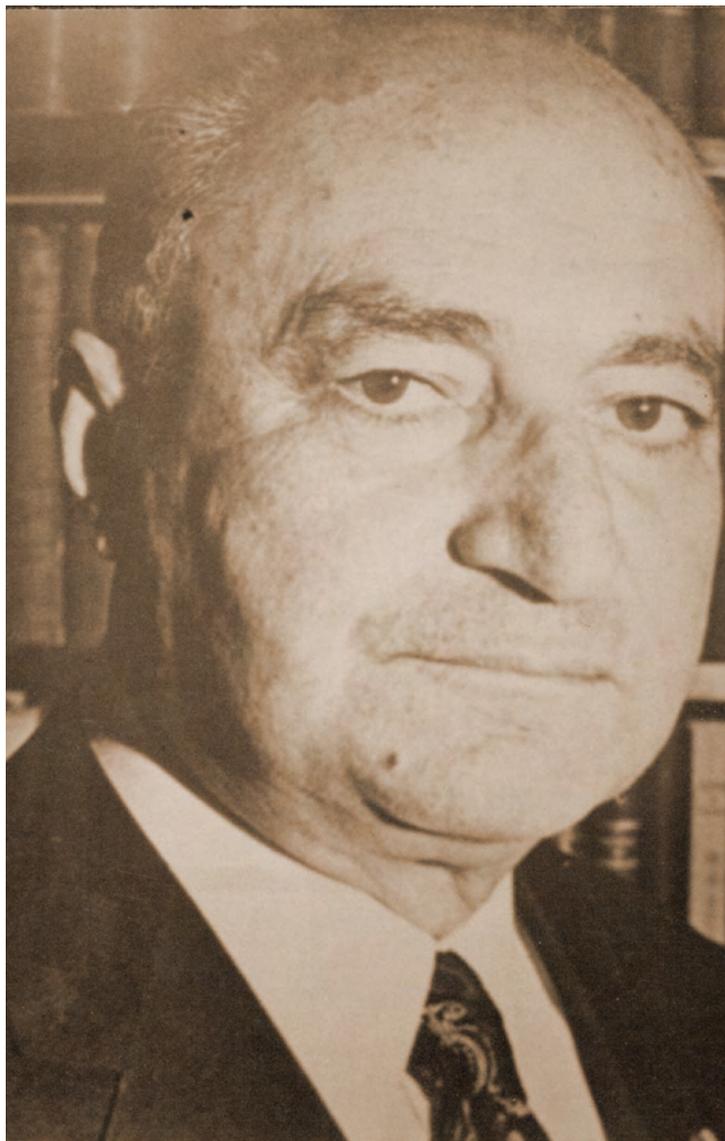


Foto do desembargador Vitor Lima





*Referências
Bibliográficas*

Referências Bibliográficas

LIVROS

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005. Textos e ed. Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e Coord. Pesq. Adelson André Brüggemann.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Memórias dos 110 anos. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p. Coord. Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.*

JORNAIS

A Cidade (Laguna)

A Comarca (Mafra)

A Federação (Porto Alegre)

A Gazeta (Florianópolis)

A Nação (Blumenau)

A Notícia (Joinville)

A Província (Recife)

A Voz de Gaspar (Gaspar)

Anuário de Itajaí (Itajaí)

Atualidades (Florianópolis)

Blumenau em Cadernos (Blumenau)

Correio do Norte (Joinville)

Correio do Norte (Canoinhas)

Correio do Paraná (Curitiba)

Correio do Povo (Jaraguá do Sul)

Correio Paulistano (São Paulo)

Diário de Pernambuco (Recife)

Folha Acadêmica (Florianópolis)

Gazeta de Notícia (Rio de Janeiro)

Jornal do Comércio (Rio de Janeiro)
O Dia (Curitiba)
O Estado (Florianópolis)
O Fluminense (Niterói)
O Imparcial (Rio de Janeiro)
O Paiz (Rio de Janeiro)
O Século (Rio de Janeiro)
República (Florianópolis)
Revista Acadêmica (Florianópolis)

REFERÊNCIAS DE ARTIGOS E/OU MATÉRIAS EM SITE

ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS. Efemérides. Florianópolis. Disponível em: <https://acalej.org.br/efemerides/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Jurídicas: histórico. Florianópolis, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://ccj.ufsc.br/centenario/historico/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Notícias da UFSC: centenário de José Gallotti é celebrado na UFSC. Florianópolis, 14 abr. 2008. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2008/04/centenario-de-jose-gallotti-e-celebrado-na-ufsc/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense
Arquivos fotográficos dos desembarcadores



Desembargador João Henrique Blasi – Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes - – Juiz Auxiliar
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França - – Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo
Marcílio Bagatin Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação
Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juíza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo
Juiz de Direito Rafael Sandi - Núcleo Financeiro
Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais : Projeto gráfico, editoração eletrônica